



RELATÓRIO DE AUDITORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

MONITORAMENTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo Ambiental

**Relatório Conclusivo de Monitoramento da Auditoria Operacional de
Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**

- **Unidade:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente
- **Designação da equipe:** Portarias nº N° 210/2018-GP/Secex e N° 64/2019-GP/Secex
- **Objetivo da auditoria:** monitorar a Auditoria de Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas identificando riscos e oportunidades de melhoria, por meio da avaliação das condições normativas institucionais e operacionais necessárias ao alcance dos objetivos para os quais foram criadas.
- **Período abrangido pela auditoria:** 2014 a 2019
- **Período de realização da auditoria:** 01/12/2019 a 07/07/2020 (planejamento/execução e relatório)
- **Presidente do TCE:** Conselheiro Mario de Mello
- **Coordenação da Auditoria:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro
- **Secretário Geral do Controle Externo:** Jorge Guedes Lobo

Comissão do monitoramento de Auditoria de Unidades de Conservação 2019

| Nome | Matrícula |
|------------------------------|------------------|
| Anete Jeane Marques Ferreira | 0016039-A |
| Cristóvão Maia de Souza | 0027030-B |
| Fernando Ricardo Coelho | 0000310-A |
| Janete Lapa Águila | 0005312-A |
| Josilene Monteiro Jeffres | 000.3778-A |
| Lany Mary Iglesias Reis | 0004278-A |

| | |
|---------------------------------|-----------|
| Rodrigo Girão dos Santos | 003328-6A |
| Sérgio Augusto Meleiro da Silva | 0018082-A |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ADS | Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| ARPA | Programa Áreas Protegidas da Amazônia |
| CDRU | Concessão de Direito Real de Uso |
| CECLIMA | Centro Estadual de Mudanças Climáticas |
| CEUC | Centro Estadual de Unidades de Conservação |
| CNUC | Cadastro Nacional de Unidades de Conservação |
| DNIT | Departamento Nacional de Infraestrutura |
| IDSM | Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá |
| IPAAM | Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas |
| GIZ | Agência de Cooperação Técnica da Alemanha |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IMAZON | Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia |
| INCRA | Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária |
| ITEAM | Instituto de Terras do Amazonas |
| ISC | Instituto Serzedelo Corrêa |
| KFW | Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco de Reconstrução da Alemanha) |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| PAREST | Parque Estadual |
| PBF | Programa Bolsa Floresta |
| POA | Planos Operacionais Anuais |
| PPA | Plano Plurianual |
| PROBUC | Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas |
| PRODES | Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| REBIO | Reserva Biológica |
| RESEX | Reserva Extrativista |
| RPPN | Reserva particular do Patrimônio Nacional |
| SEPLAN | Secretaria de Estado do Planejamento |
| SEUC | Sistema Estadual de Unidades de Conservação |
| SEMA | Secretaria Especial de Meio Ambiente |
| SISNAMA | Sistema Nacional do Meio Ambiente |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UC | Unidades de Conservação |
| UGMUC | Unidade Gestora Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | Introdução | 8 |
| 1.1 | Objetivos e escopo do monitoramento | 9 |
| 1.2 | Metodologia | 9 |
| 2 | Resultados do monitoramento da Auditoria Operacional de unidades de Conservação Estaduais do Amazonas | 10 |
| 2.1 | Em que medida o Governo do estado do Amazonas tem adotado ações para o estabelecimento de um sistema efetivo de unidades de conservação no estado | 10 |
| a) | Conselho Gestor | 12 |
| b) | Planos de Gestão | 12 |
| c) | Consolidação Territorial | 12 |
| d) | Monitoramento da Biodiversidade | 13 |
| e) | Recursos Humanos | 14 |
| f) | Infraestrutura | 18 |
| 2.2 | Considerando o quadro de restrições orçamentárias e a necessidade de uma gestão eficiente das UCs estaduais, em que medida a SEMA destina recursos para auxiliar no processo de gestão e tomada de decisão? | 23 |
| 2.3 | O Governo Estadual possui sistemas de mensuração de desempenho para a política estadual de UCs? | 30 |
| 2.3.1 | Monitoramento e avaliação da política estadual de UCs | 30 |
| 2.3.2 | Dados das UCs estaduais no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação | 32 |
| 2.3.3 | Desmatamento | 33 |
| | Focos de incêndio | 37 |
| | Fiscalização em UCS | 41 |
| 3 | Cumprimento das recomendações da Auditoria de 2013 | 44 |
| 4 | Índice de Implementação e Gestão de Áreas Protegidas - Indimapa | 45 |
| 5 | Opinião do Gestor | 53 |
| 6 | Conclusão | 57 |
| | Anexos | 59 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

| N° | Descrição | PÁG. |
|----|--|------|
| 1 | Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas | 10 |
| 2 | Lotação de pessoal – CEUC - 2013 | 14 |
| 3 | Comparativo das mudanças na reforma administrativa 2015 | 15 |
| 4 | Sequência de eventos da reforma administrativa 2015 na SEMA | 16 |
| 5 | Contratos de Gestão celebrados com a AADES para UCs | 17 |
| 6 | Quadro de pessoal do Demuc | 17 |
| 7 | Técnicos de Conservação ambiental contratados pela AADES | 18 |
| 8 | Unidades que contam com apoio de estrutura administrativa | 19 |
| 9 | Estrutura das UCs do eixo da BR-319 | 21 |
| 10 | Consolidação das UCs - Programa Arpa | 31 |
| 11 | Número de unidades que não cadastraram informações básicas no CNUC | 32 |
| 12 | Cumprimento das recomendações da Auditoria de 2013 | 45 |
| 13 | Percentual de Implementação das recomendações | 46 |

TABELAS

| N° | Descrição | PÁG. |
|----|--|------|
| 1 | Recursos de Fontes extraorçamentárias | 25 |
| 2 | Índice do desmatamento - 2013 a 2019 | 34 |
| 3 | Desmatamento em unidades de conservação – Km2 | 36 |
| 4 | Número de focos de incêndio por categoria de UC | 37 |
| 5 | Denúncia X Fiscalização em unidades de conservação | 43 |
| 6 | Pontuação das UCs estaduais no Indimapa 2013 | 45 |
| 7 | Pontuação das UCs estaduais no Indimapa 2019 | 46 |
| 8 | Comparativo da pontuação por categoria 2013 - 2019 | |

FIGURAS

| N° | Descrição | PÁG. |
|----|-----------|------|
|----|-----------|------|

| | | |
|-------------|--|----|
| 1, 2 e 3 | Viveiro de quelônios e soltura de filhotes na RDS Igapó-Açu | 13 |
| 4 e 5 | Guia Prático e Curso de Capacitação de AVVs | 14 |
| 6 e 7 | Secretaria de Meio Ambiente de Presidente Figueiredo | 20 |
| 8 e 9 | Sala da FES Maués no prédio do IDAM | 20 |
| 10 e 11 | Prédio alugado pela SEMA em Tefé para 3 unidades | 21 |
| 12 e 13 | Deslocamento da equipe do Dicamb para RDS Igapó-Açu na BR-319 | 22 |
| 14 | Prédio improvisado que serve de apoio à RDS Igapó-Açu | 22 |
| 15 | Inauguração do Centro Multifuncional do Apuí | 23 |
| 16 | Localização da APA Caverna no contexto das UCs do perímetro | 38 |
| 17 e 18 | Desmatamento acima da gruta da Judéia – APA Caverna do Maroaga | 38 |
| 19 e 20 | Apreensão de madeira em tora e beneficiada RDS Rio Negro | 39 |
| 21 | RDS Puranga Conquista (7) no contexto de UCs do Rio Negro | 40 |
| 22 | Ramais abertos no Parque MD do Rio Negro em direção a RDS | 40 |
| 23, 24 e 25 | Área invadida e desmatada na RDS Puranga Conquista | |
| 26 | Representação do Indimapa 2019 | |

GRÁFICOS

| Nº | DESCRIÇÃO | PÁG. |
|----|---|------|
| 1 | Recursos Humanos X Suficiência | 17 |
| 2 | Recursos orçamentário aplicados em unidades de conservação | 25 |
| 3 | Recursos de Fontes Extra-orçamentárias aplicados nas UCs estaduais | 26 |
| 4 | Comparativo percentual das fontes no período 2014 – 2018 | 27 |
| 5 | Recursos recebidos pelas UCs POA 2014-2015 | 27 |
| 6 | Recursos recebidos pelas UCs POA 2016-2017 | 28 |
| 7 | Série histórica do desmatamento no Estado do Amazonas – Km2 | 34 |
| 8 | Série histórica do desmatamento no Estado do Amazonas – Km2 | 35 |
| 9 | Comparativo entre áreas autorizadas para supressão vegetal X áreas desmatadas | 35 |
| 10 | Desmatamento por categoria de UC – Km2 | 36 |
| 11 | Comparativo de focos de Incêndio por categoria de UC | 37 |
| 12 | Comparativo de denúncias X fiscalização em unidades de conservação | 42 |
| 13 | Comparativo dos índices 2013 - 2019 | |

AGRADECIMENTOS

A execução deste monitoramento que na prática traz elementos de uma nova auditoria e só foi possível graças ao empenho dos servidores e o apoio incondicional da direção maior do TCE-AM.

Nossos agradecimentos aos auditores da 8.^a Secex Ambiental do Tribunal da União (TCU) pela revisão dos papéis de trabalho, de forma a ouvir os tribunais de contas numa construção conjunta. Também destacamos os relevantes os cursos promovidos pelo TCU, com apoio do Instituto Serzedello Corrêa no contexto da auditoria. De igual forma agradecemos aos técnicos dos TCEs da Amazônia (TCE-AC, TCE-AM, TCE-AP, TCE-MA, TCE-MT, TCE-PA, TCE-RO e TCE-RR) pelas experiências compartilhadas nas Unidades de Conservação (UCs) do nosso bioma.

Nossos agradecimentos se estendem à direção e aos técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) que colaboraram na medida em que disponibilizaram informações e nos receberam para entrevistas.

Também reconhecemos de forma incondicional o apoio e dedicação dos chefes de unidades de conservação e técnicos em conservação ambiental, com quem tratamos por meses seguidos das atividades nas unidades e do questionário Indimapa. Reconhecemos o trabalho de todos fazendo justa homenagem aos chefes de UCs da BR-319, que travam uma luta diária para garantir a conservação daquele ecossistema.

Por fim, agradecemos ao Ministério Público de Contas - Coordenação Ambiental pelo apoio e parceria que nos impulsionam a seguir em frente contribuindo para melhorar a governança ambiental.

Este trabalho é dedicado a todos que acreditam ser necessário e possível conciliar a proteção da biodiversidade com o caráter socioambiental. Aos que sonham com um mundo melhor.

1. INTRODUÇÃO

1. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM), na 43.^a Sessão Ordinária do Pleno, em 23/10/2013, aprovou Certidão com a deliberação do Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional de Unidade de Conservação Estaduais do Amazonas e determinou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a implementação das recomendações propostas na conclusão do Relatório.

2. A referida Auditoria foi coordenada pelo Tribunal de Contas da União, mediante Acordo de Cooperação Técnica, assinado em março de 2013, pelo TCU e os TCEs da Amazônia, entre os quais o TCE Amazonas.

3. Passados quatro anos da Auditoria inicial, em 2018, foi firmado um novo Acordo de Cooperação Técnica com o TCU para o monitoramento conjunto da Auditoria de 2013. Na proposta foram englobados todos os TCEs da Amazônia. Cada TCE realizou seu monitoramento, a partir de cronograma comum e planejamento conjunto no ano de 2019.

4. A capacitação para auditoria iniciou no último trimestre de 2018, por meio de cursos online na plataforma do Instituto Serzedello Corrêa. Em 2019, de 08 a 12 de abril, em Brasília, foi feita oficina de planejamento conjunto com auditores dos TCEs da Amazônia e auditores da 8.^a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do TCU.

5. A execução desse monitoramento coincidiu com um cenário regressivo na gestão florestal da Amazônia, revelou um repiquete no desmatamento e aumento excessivo nos índices dos focos de queimadas. Tais fatos respaldam por si a atuação do controle externo em defesa das áreas protegidas.

6. Por se situar na região que é parte da maior biodiversidade do mundo, o TCE-M tem uma responsabilidade imensa, assim como o Estado do Amazonas, pois o Brasil é signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e assumiu o compromisso de manter em Unidades de Conservação 30% do bioma Amazônia e 10% dos demais biomas. Nessa contabilidade estão todas as UCs: estaduais, municipais e particulares.

7. A meta acima também é uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, dentro do ODS 15: “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

8. O papel dos TCEs neste momento é o acompanhamento sistemático e a mensuração dos resultados advindos da implementação da gestão ambiental, além da cobrança quanto a efetividade da governança ambiental.

1.1 Objetivos e escopo do monitoramento

9. Avaliar a governança ambiental das áreas protegidas do Estado do Amazonas, identificando riscos e oportunidades de melhoria por meio da avaliação das condições normativas institucionais e operacionais, necessárias ao alcance dos objetivos para os quais foram criadas, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas áreas protegidas.

1.2 Metodologia

10. A metodologia utilizada para a realização do monitoramento foi o estudo de caso e a pesquisa documental de 2014 a 2019, no espaço de 13 anos após a criação do Sistema Estadual de Unidades pela Lei 53/2007. Preliminarmente, foi desenvolvido o planejamento da auditoria, onde foram delineadas as linhas gerais dos trabalhos de inspeção, sendo determinadas as unidades de conservação para avaliação “in loco”.

11. Na execução foram realizadas reuniões com a equipe técnica da SEMA/Demuc responsável pelas unidades de conservação, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas, formuladas com base na legislação vigente (Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e Lei Complementar 53/2007 – Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas) e nas informações técnico-científicas obtidas da literatura referente às áreas protegidas. Também foram aplicados 42 questionários aos chefes de

UCs estaduais do Amazonas, com base modelo do TCU aplicável à Amazônia, mas, devidamente adaptado às questões locais do estado.

12. As visitas “in loco” foram realizadas em 9 unidades de conservação, considerando um universo de 42. Foram selecionadas as seguintes unidades: Área de Proteção Ambiental (APA) Caverna do Maroaga, Parque Estadual Sumaúma, Parque Estadual do Rio Negro (Setor Norte), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, Reserva Extrativista (Resex) Canutama, Floresta Estadual de Maués, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açú.

13. As evidências nas UCs foram obtidas por meio de observação direta, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários, documentação fotográfica e requisição de documentos.

2. Resultados de Monitoramento da Auditoria Operacional de Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas

2.1 Em que medida o Governo do Estado do Amazonas tem adotado ações para o estabelecimento de um sistema efetivo de unidades de conservação no Estado?

14. Neste item foi reaplicada a metodologia desenvolvida pelo TCU em 2013, Indimapa, O Indimapa é um instrumento georreferenciado, resultante da média de 14 índices e indicadores de implementação. Por meio do questionário base, os gestores de UCs e a gestão do programa de unidades de conservação demonstraram o status de implementação de cada unidade.

15. O questionário de 2019, foi adaptado do questionário de 2013, ficando em 13 o número de indicadores: a) Plano de manejo, b) Recursos humanos, c) Recursos financeiros, d) Estrutura administrativa, e) Consolidação territorial, f) Fiscalização e combate a emergências ambientais, g) Pesquisa, h) Monitoramento da biodiversidade, i) Conselho Gestor, j) Manejo pelas comunidades tradicionais e/ou locais, l) Uso público, m) Concessões e n) Articulação local).

16. O questionário foi aplicado às 42 unidades de conservação estaduais (quadro 1) que totalizam 18.786.012,34 hectares de áreas protegidas.

Quadro 1 - Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas

| CATEGORIA | DENOMINAÇÃO | MUNICÍPIOS | DECRETO DE CRIAÇÃO | ÁREA (HA) |
|--------------------------------------|---|--|---|--------------|
| Área de Proteção Ambiental | Caverna do Maroaga | Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva | 12.836, de 09/03/1990 | 374.700,00 |
| | ME do Rio Negro - Setor Aturiá /Apuauzinho | Manaus, Presidente Figueiredo e Novo Airão | 16.498, de 02/04/1995 2.646, de 22/05/2001 | 586.422,00 |
| | MD Rio Negro – Setor Paduari /Solimões | Novo Airão, Iranduba e Manacapuru | 16.498/02/04/1995 2.646, de 22/05/2001 | 461.740,67 |
| | ME do Rio Negro – Setor Tarumã-Açu / Tarumã Mirim | Manaus | 16.498, de 02/04/1995 2.646, de 22/05/2001 | 56.793,00 |
| | Nhamundá | Nhamundá e Parintins | 12.836, de 09/03/1990 | 195.900,00 |
| | Guajuma | Nhamundá | 3.602, de 09/05/2011 | 28.370,00 |
| Floresta Estadual | Canutama | Canutama e Tapauá | 28.422, de 27/03/2009 | 150.588,57 |
| | Maués | Maués | 23.540, de 19/07/2003 | 438.440,32 |
| | Apuí | Apuí | 24.812, de 24/01/2005 | 185.946,16 |
| | Manicoré | Novo Aripuanã | 24.806, de 19/01/2005 | 83.381,03 |
| | Aripuanã | Apuí | 24.807, de 19/01/2005 | 336.040,06 |
| | Sucunduri | Apuí | 24.808, de 20/01/2005 | 492.905,27 |
| | Tapauá | Canutama e Tapauá | 28.420, de 27/03/2009 | 881.704,00 |
| | Rio Urubu | Rio Preto da Eva | 23.993, de 22/12/2003 | 27.342,00 |
| Parques | Sucunduri | Apuí | 24.810, de 21/01/2005 | 808.312,18 |
| | Rio Negro – Setor Norte | Novo Airão | 16.498, de 02/04/1995 | 146.028,00 |
| | Rio Negro – Setor Sul | Manaus | 16.497, de 02/04/1005 | 157.807,00 |
| | Serra do Aracá | Barcelos | 12.836, de 09/03/1990 | 1.818.700,00 |
| | Sumaúma | Manaus | 23.721, de 05/09/2003 | 52,62 |
| | Matupiri | Borba e Manicoré | 28.424, de 27/03/2009 | 513.747,47 |
| | Guariba | Novo Aripuanã | 24.805, de 19/01/2005 | 72.296,33 |
| Reserva de Desenvol. Sustentável RDS | Aripuanã | Apuí | 24.811, de 21/01/2005 | 224.290,81 |
| | Bararati | Apuí | 24.813, de 25/01/2005 | 113.606,43 |
| | Amanã | Barcelos, Codajás, Coari e Maraã | 19.021, de 04/08/1998 | 2.313.000,00 |
| | Canumã | Borba | 25.026, de 22/05/2005 | 228 |
| | Cujubim | Jutaí | 23.724, de 05/09/2003 | 2.450.381,56 |
| | Uacari | Carauari | 25.039, de 01/06/2005 | 632.949,02 |
| | Juma | Novo Aripuanã | 26.010, de 03/07/2006 | 589.611,28 |
| | Matupiri | Borba | 28.423, de 27/03/2009 | 179.083,45 |
| | Rio Amapá | Manicoré | 25.041, de 01/06/2005 | 216.108,73 |
| | Rio Negro | Novo Airão, Iranduba, Manaus e Manacapuru | 3.355/08 | 102.978,83 |
| | Uatumã | São Sebastião do Uatumã e Itapiranga | 24.295, de 25/06/2004 | 424.430,00 |
| | Igapó-Açú | Beruri, Borba e Manicoré | 28.420, de 27/03/2009 | 397.557,32 |
| | Mamirauá | Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini, Japurá e Tonantins | 2.416, de 16/07/1996 | 1.124.000,00 |
| | Piagaçu – Purus | Tapauá, Coari, Anori e Beruri | 23.723, de 05/09/2003 | 1.008.167,00 |
| | Puranga-Conquista | Manaus | 4.015, de 24/03/2014 | 86.233,43 |
| Rio Madeira | Borba e Manicoré Novo Aripuanã, | 26.009, de 03/07/2006 | 283.117,00 | |
| Reserva Biológica | Morro dos Seis Lagos | São Gabriel da Cachoeira | 12.836, de 09/03/1990 | 36.900,00 |
| Reserva Extrativista | Catuá Ipixuna | Tefé e Coari | 23.722, de 05/09/2003 | 217.486,00 |
| | Guariba | Apuí e Novo Aripuanã | 25.040, de 01/06/2005 | 150.465,32 |

| | | | | |
|--------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------------|------------|
| RESEX | Canutama | Canutama | 28.421, de 27/03/2009 | 197.986,50 |
| | Rio Gregório | Ipixuna e Eirunepé | 26.586, de 25/04/2007 | 305.268,47 |
| Área total das UCs | 18.786.012,34 hectares | | | |

Fonte: Dicamb, a partir de informações da SEMA.

16. Informa-se que os 13 indicadores não foram aplicados a todas as categorias de UCs, em função da existência de incompatibilidade com a classificação. Por exemplo, o subitem regularização fundiária não foi aplicado em Área de Proteção Ambiental (APA), assim como o subitem concessão não foi aplicado a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

17. Necessário se faz esclarecer que uma possível dedução de avanço ou retrocesso na governança, é fruto tão somente da comparação com o quadro registrado em 2013, mediante as notas obtidas por cada uma das 40 UCs que responderam ao questionário do Indimapa.

18. Nesta amostragem não serão destacados todos os indicadores, apenas os principais considerando grau de relevância. Informa-se ainda que duas questões foram esmiuçadas em itens à parte pois influenciam diretamente na efetividade e governança, são elas o desmatamento e os recursos financeiros. Assim passamos a avaliação:

a) Conselho Gestor

19. Em 2013, 24 unidades informaram e evidenciaram ter implementado Conselhos Gestores. Em 2019, do total de 42 unidades, 37 declararam ter Conselho Gestor, o que representa um incremento de 54,16% em relação ao ano de 2013. Assim 88% das UCs do Estado apresentam Conselho Gestor. A auto-declaração foi evidenciada por meio da verificação dos decretos estaduais de constituição dos referidos conselhos, publicadas em Diário Oficial, por meio de atas de reunião e por meio de entrevistas com as comunidades residentes.

b) Planos de Gestão

20. O Plano de Gestão, documento que toda unidade de conservação deve dispor e que deve ser elaborado no prazo de cinco anos, constava em 2013, no total de 21 UCs. Em 2019, o número de unidades com Plano de Gestão subiu para 32. Foram concluídos no período em análise 11 planos de gestão com destaque para os planos das UCs do Eixo da BR-319 criadas em 2009: Floresta

Estadual Tapauá, Parque Estadual do Matupiri, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri, além da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá, criada em 2005. Dessa forma 76% das UCs têm planos de gestão. Mas, persiste a questão financeira para implementação das ações previstas nos planos. As UCs com melhor desempenho são as que integram o Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

c) Consolidação Territorial

21. Na Consolidação Territorial, atentamos ao subitem regularização fundiária. Na auditoria passada 15 UCs informaram ter recebido o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) e que a medida - à época - atendia parcialmente a necessidade dos comunitários pois promoveu o acesso a políticas públicas de fomento da produção agroextrativista. Em 2019, 25 unidades declararam avanço na questão fundiária. Entre estas unidades estão as RDSs, as Resex e outras UCs com situação definida como alguns parques.

22. Reportamos que neste contexto a existência do CDRU, não impede a invasão de posseiros e grileiros às UCs, principalmente na região metropolitana de Manaus, com ênfase na RDS Rio Negro onde ocorreram diversos conflitos ao longo de 2014 a 2016. Um fato negativo nesse cenário foi a extinção do Instituto de Terras do Estado do Amazonas, na reforma administrativa de 2015. Uma providência adotada pelo Governo foi a reativação do Grupo Trabalho de Regularização Fundiária, coordenado pela Secretaria de Estado das Cidades e Territórios. A SEMA passou a integrar este GT a fim de dirimir conflitos nas áreas protegidas.

23. Continua sendo necessário à realização de estudos da Cadeia Dominial das áreas transformadas em UCs; o levantamento sócio econômico das famílias residentes em UCs; bem como o fortalecimento institucional dos órgãos de formulação e gestão da política fundiária.

d) Monitoramento da Biodiversidade

24. Em relação ao monitoramento da biodiversidade, em 2013 apenas três unidades tinham implementado o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso Sustentável de Recursos Naturais (PROBUC). Atualmente 11 unidades participam do Probuc sendo o principal protocolo, o monitoramento de quelônios. Evidenciamos as ações do programa por meio de documentos, relatórios e visitas in loco (figs. 1 a 3).

25. Além do Probuc, 18 unidades realizam o monitoramento da biodiversidade por meio do programa do ICMBio “Monitora” que tem por alvo protocolos terrestres: mamíferos de grande e médio porte, aves, borboletas e plantas lenhosas, além do monitoramento da pesca.

Figuras 1, 2 e 3: Viveiro de quelônios e soltura de filhotes na RDS Igapó Açu – BR-319



Fonte: Dicamb, 2019



Fonte: Sema, 2019

BOAS PRÁTICAS

26. Destacado como uma boa prática em 2013, o Programa Agentes Ambientais Voluntários (AAV), regulamentado no Amazonas pela Resolução do

Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAAM) nº 02/2008 continua em execução e está implementado em 36 UCs estaduais, com 293 comunitários credenciados. Em 2018 foi lançado o Guia Prático (figs. 4 e 5) com orientação, deveres e direitos de atuação do AAV nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas e áreas de interesse.

Figuras 4 e 5: Guia Prático e Curso de Capacitação dos AVVs



Fonte: Sema, 2018

e) Recursos Humanos

27. Em 2013 a gestão das unidades de conservação do Estado do Amazonas estava sob o encargo do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) que funcionava no âmbito da então Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (SDS). O Centro apesar de atuar como uma unidade gestora não tinha dotação orçamentária e nem autonomia financeira.

28. Também foi evidenciado neste período, que desde a sua criação da secretaria em 2003 nunca realizou concurso público. A Secretaria quando questionada quanto a não seleção por concurso público para Chefe de UCs, informou que a Lei Estadual nº 3.244/2008 (criação da Unidade Gestora de Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação – UGMUC) destinou 20 cargos comissionados para a função. Posteriormente, a Lei 3.485/2010 criou mais nove cargos em comissão, elevando para 29, o total de cargos.

29. Essa situação, foi apontada no relatório de 2013, como risco porque os cargos comissionados não têm estabilidade, podendo comprometer a imparcialidade e a escolha técnica, além da possibilidade de serem extintos ou reduzidos a qualquer hora.

30. O CEUC dispunha, à época, de 58 técnicos (quadro 2), que atuavam na gestão da governança das UCs. Especificamente, 29 técnicos em cargos comissionados atuavam como chefes de unidades de conservação.

Quadro 2 - Lotação de pessoal – CEUC - 2013

| Cargo | Vinculação | Lotação | Quantidade |
|---------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| Analista | Sem vínculo | Sede | 11 |
| Analista Ambiental | Com vínculo | Sede | 1 |
| Analista de TI | Sem vínculo | Sede | 1 |
| Assessor | Sem vínculo | Sede | 6 |
| Auxiliar Administrativo | Com vínculo | Sede | 1 |
| Chefe de Departamento | Sem vínculo | Sede | 5 |
| Chefe de Unidade de Conservação | Sem vínculo | UC | 29 |
| Cinegrafista | Sem vínculo | Sede | 1 |
| Coordenador | Sem vínculo | Sede | 1 |
| Técnico Nível Médio | Sem vínculo | Sede | 2 |
| Total | | | 58 |

Fonte: relatório TCE, 2013.

31. O CEUC foi extinto em 2015, na reformulação administrativa do Governo do Estado. Com a extinção foi criado o Departamento de Unidades de Conservação (Demuc) que assumiu as funções do Centro. Também houve redução de orçamento e do quadro geral de servidores da secretaria.

32. O Diário Oficial do dia 09/03/2015 publicou a Lei Delegada n.º 4.163/2015 com a nova estrutura administrativa de quadros de cargos, de provimento em comissão e de funções gratificadas.

33. A exoneração dos 90 servidores da Sema foi publicada no Diário Oficial de 23/04/2015. Entre os exonerados, estavam os 29 chefes de unidades de conservação.

34. A nova composição da Sema foi publicada no Diário Oficial de 14/05/2015. Foram nomeados 56 servidores comissionados, entre os quais 14 gerentes, com o símbolo AD-2. Estas 14 vagas foram destinadas aos chefes de UCs que integravam o antigo quadro funcional. Conforme os comparativos (quadro 3) verificou-se uma defasagem de 28,57% na formação do novo quadro, em relação ao anterior.

Quadro 3: Comparativo das mudanças na reforma administrativa 2015

| CARGO | ANTES DA REFORMA | PÓS-REFORMA |
|----------------------|-------------------------|--------------------|
| Secretário | 1 | 1 |
| Secretário Executivo | 3 | 1 |
| Chefia de Gabinete | 1 | 1 |
| Assessor I | 17 | 10 |

| | | |
|----------------------------------|----|---------------|
| Assessor II | 2 | 31 |
| Assessor III | 10 | 4 |
| Chefe de Dpto. | 12 | 3 |
| - | - | Gerente |
| Chefe de Ucs | 29 | Cargo extinto |
| Coordenador Geral do CEUC - UGMC | 1 | Cargo extinto |
| Sub-coordenador | 1 | Cargo extinto |
| Total | 91 | 65 |

Fonte: Diário Oficial 33026/2015 e Lei 4.163/2015

35. A decisão do Governo do Amazonas em reduzir o efetivo de recursos humanos na área ambiental foi alvo de protestos de organizações não governamentais, instituições de controle e outros. A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE) que chegou a denunciar o desmonte na estrutura de gestão e controle ambiental.

36. Para suprir a falta de gestores nas unidades a SEMA optou por celebrar um Contrato de Gestão com a Agência Amazonense de Desenvolvimento (AADES) a fim de contratar com urgência um quadro suplementar de técnicos para desenvolvimento de atividades nas UCs que ficaram sem gestores como a RDS Piagaçu-Purus, Parque Estadual Serra do Aracá, RDS Amanã, APA Paduari Solimões, RDS Rio Amapá, APA Margem Esquerda do Rio Negro, RDS Canumã, Parque Sumaúma e RDS do Juma. A linha do tempo (quadro 4) mostra o *timing* emergencial.

Quadro 4: Efeitos da reforma administrativa na SEMA

| FATO | DATA |
|--|------------|
| Exoneração dos 29 chefes de UCs | 23.04.2015 |
| Nomeação em Diário Oficial do novo quadro de 14 gerente de UCs | 14.05.2015 |
| Celebração do Contrato de Gestão com a AADES | 02.06.2015 |
| Publicação do Edital de Seleção da AADES | 21.08.2015 |
| Resultado do Processo Seletivo da AADES | 29.09.2015 |

Fonte: Diário Oficial 33026/2015 e Lei 4.163/2015

37. Na análise do Dicamb o Contrato de Gestão com a AADES não resolve o problema de recursos humanos de forma permanente para as unidades de conservação e juridicamente é questionável pois contratos de gestão só podem ser firmados com Oscips conforme a legislação, o que não é o caso da AADES.

38. O contrato de gestão foi vinculado ao Projeto “*Proteção e implementação das Unidades de Conservação na área de influência do Gasoduto Coari-Manaus*”. Inerente ao projeto, o Plano de Trabalho e todas as ações estabelecidas, são ações finalísticas da SEMA. Uma situação peculiar, que sugere a terceirização das ações.

39. Pontuamos ainda, que o Edital 019/2015 - AADES apresentou como parte do objeto, a contratação de “**13 monitores** de unidade de conservação”, mas a descrição das atribuições é incompatível com a função de monitor.

“Gerenciamento de unidade de conservação, técnico e financeiro de projetos, organização de logística, de expedições de campo para levantamento de diagnósticos biológicos e socioeconômicos, análise de documentos para elaboração de plano de gestão, monitoramento de atividades no âmbito de parcerias, organização e condução de reunião participativa” (extraído do edital AADES 019/2015 fls. 610)

40. Evidenciamos que projeto supre uma atividade finalística, de gestão da unidade de conservação, a qual a legislação não permite, a não ser que a entidade tenha a qualificação requerida (Parecer nº 100/2011-PA-PGE).

42. Entre 2015 e 2019, a SEMA celebrou 2 Contratos de Gestão (quadro 5) com a AADES para suprir a necessidade da contratação de gestores, supervisores e assessores que hoje atuam nas UCs e na sede da Sema, em Manaus. O primeiro contrato foi financiado com recursos de compensação do Gasoduto Coari-Manaus, e o segundo com recursos oriundos do Fundo Mundial pelo Meio Ambiente (GEF) - Projeto Paisagens Sustentáveis.

Quadro 5: Contratos de Gestão celebrados com a AADES para Unidades de Conservação

| Vigência | Título do Projeto | Nº de contratados |
|-------------|--|-------------------|
| 2015 - 2017 | “Proteção e implementação das Unidades de Conservação na área de influência do Gasoduto Coari-Manaus | 20 |
| 2018 - 2020 | Projeto Fortalecendo a Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas | 30 |

Fonte: Dicamb, a partir dos Relatórios de Gestão da AADES 2016 e 2018

43. Em 2019 o quadro de agentes públicos vinculados a SEMA, conforme o Portal Transparência, era de 118 servidores, sendo 60 em cargos de provimento

em comissão, 29 estatutários e 29 terceirizados (contratados pela AADES). No Departamento de Unidades de Conservação atuam 61 técnicos (quadro 6), que contam com o apoio de 11 estagiários.

Quadro 6: Composição do Demuc 2019

| Cargo | Vinculação | Quantidade |
|--|-------------------|------------|
| Chefes de UCS | Comissionados | 13 |
| Assessores e gerentes | | 19 |
| Técnicos, assistentes e supervisores de conserv. ambiental | Contratados AADES | 29 |
| Total | | 61 |

Fonte: Dicamb, a partir do Relatório SEMA, 2019.

44. No contexto geral a SEMA continua enfrentando deficiência quanto aos recursos humanos. A pesquisa qualitativa com os gestores apontou que as 42 UCs do Amazonas têm ao menos 1 servidor atuando pela unidade (gráfico 1). Destas, conforme informaram os gestores, 28 UCs têm recursos humanos suficientes; 14 têm recursos humanos insuficientes, frente às demandas programadas; e em 6 UCs, atividades essenciais não foram realizadas por falta de pessoal.

Gráfico 1: Recursos Humanos X Suficiência



Fonte: Dicamb, a partir da aplicação do questionário

45. O diferencial verificado a partir de 2018, é que 10 unidades (quadro 6) contam com um Técnico em conservação ambiental (quadro 7), além do gestor, para auxiliar nas atividades de campo e administrativas. Na sede da SEMA também estão lotados um grupo de técnicos ambientais que atuam em Manaus, mas também prestam apoio às UCs em caso de necessidade.

Quadro 7: Técnicos de conservação contratados pela AADES

| Quant. | UC | Lotação |
|---------------|--|-----------------------|
| 1 | Resex de Canutama e Floresta de Canutama | Canutama |
| 1 | RDS Mamirauá | Tefé |
| 1 | Resex do Rio Gregório | Eirunepé |
| 1 | RDS do Rio Madeira e RDS do Juma | Novo Aripuanã |
| 1 | APA Caverna do Maroaga | Presidente Figueiredo |
| 1 | APA Nhamundá | Nhamundá |
| 1 | RDS Rio Amapá | Manicoré |
| 1 | Mosaico do Apuí | Apuí |

Fonte: Dicamb com informações do Ofício 11902019

46. Entre as unidades visitadas, em 3 encontramos técnicos de apoio, nas demais, apenas o gestor é responsável pelas atividades. Destacamos a situação da Floresta Estadual de Maués, onde a gestora tem dificuldades de cumprir a agenda que envolve o gerenciamento da UC, serviço técnico e financeiro de projetos, organização de logística, monitoramento de atividades, organização e condução de reuniões participativas.

47. O baixo número de servidores influencia no atingimento das metas e indicadores gera riscos na entrega dos resultados da gestão. São muitas atividades, em áreas extensas, que envolvem diversas comunidades com o acúmulo de funções para o gestor.

48. De forma geral resta claro a necessidade de realização de concurso pois ficou configurada a insegurança funcional a cada troca de administração ou reforma administrativa o que põe em risco os programas de gestão ambiental. Também ficou evidente que a complementação de recursos humanos para a atividade fim está sendo feita com recursos extraorçamentários.

f) INFRAESTRUTURA

49. Evidenciamos em 2019 que 34 unidades têm algum espaço físico para apoio administrativo (salas cedidas por prefeituras, salas compartilhadas com órgãos estaduais, salas alugadas e centro multifuncionais). Em relação ao mobiliário e aparelhamento técnico, gestores de 16 unidades declararam não ter, ou que não atendem as necessidades da gestão.

50. Acerca do tema a SEMA se manifestou no Ofício 1389/2019 e na Nota Técnica 72/2019 onde informa que 34 unidades têm algum tipo de escritório (quadro 8).

Quadro 8: Unidades que contam com apoio de estrutura administrativa

| Unidade de Conservação | Base terrestre na UC | Base Fluvial | Escritório em sede municipal | Centro Multifuncional (IPAAM) |
|---|---------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Mosaico do Apuí* | X | | | X |
| Resex e Floresta Canutama | | | X | |
| RDS e Parque Estadual do Matupiri | X | | | |
| RDS Igapó Açú | X | | | |
| RDS Madeira e RDS do JUMA | | | X | |
| RDS Piagaçu Purus | X parceria com associação | | | |
| RDS Cujubim | X parceria com a FAS | | X parceria com associação | |
| Resex do Rio Gregório | | | X parceria com associação | |
| RDS Uacari | X | | X | |
| Resex Catuá Ipixuna, RDS Mamirauá e RDS Amanã | | X (parceria com o IDSM) | | |
| Parque Estadual rio Negro Setor Norte | | X (em reforma) | X | |
| RDS Rio Negro | X parceria com a FAS | | | |
| RDS Uatumã | X | | | |
| APA Caverna do Maroaga e Floresta Estadual do Urubu | | | X | |
| APA Nhamundá e APA Guajuma | | | X (Nhamundá) | X (Parintins) |
| Floresta Estadual de Maués | | | X parceria com o IDAM | |
| Parque Estadual Sumaúma | X | | | |
| Parque Estadual Rio Negro Setor Sul e RDS Puranga Conquista | | | X (na sede da SEMA) | |

*O escritório do Mosaico em Apuí apoia 9 unidades

51. Quanto à infraestrutura dos serviços de comunicação, gestores de 14 UCs declararam ter problemas com serviços de telefonia e internet.

52. Durante as visitas in loco verificamos a estrutura de alguns escritórios da amostra selecionada a fim de validar as informações prestadas nos questionários.

53. O escritório da APA Caverna do Maroaga (figs. 6 e 7), no município de Presidente Figueiredo, se encontra instalado em sala cedida pela Prefeitura no mesmo prédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com uma estrutura mínima para atendimento e gestão administrativa cotidiana. A unidade possui um veículo de tração, mas não há recursos para o abastecimento, na proporção em que a unidade precisa. A UC tem 24 comunidades, com acesso pelas BR 174 (Manaus-Boa Vista) e AM-240 (Presidente Figueiredo-Vila de Balbina).

Figuras 6 e 7: Sede da Secretaria de Meio Ambiente de Presidente Figueiredo



Fonte: Dicamb - 2019

54. Em Maués o escritório da Floresta Estadual (figs. 8 e 9) está instalado numa sala na sede Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM). A gestora informou em entrevista que a parceria por vezes se estende a outras áreas da administração e que a unidade não conta com recursos de adiantamento e nem recebe recursos externos.

56. Há dificuldade quanto a aquisição de insumos para deslocamentos da sede municipal às 15 comunidades da UC. A solução que a gestão encontra tenta compatibilizar suas as ações com as atividades de campo do IDAM e assim consegue “carona” para executar sua agenda. A FES Maués também conta com o apoio da Fundação Amazonas Sustentável e do ICMBIO.

Figuras 8 e 9: Sala da FES Maués no prédio do IDAM



Fonte: Dicamb - 2019

57. As UCs RDS Amanã, Resex Catuá Ipixuna e RDS Mamirauá dividem um escritório na cidade de Tefé, na Rua Marechal Deodoro, nº 399 - altos, Centro (figs. 10 e 11). O prédio é alugado, tem duas salas, recepção e área comum. As três unidades recebem recursos do programa ARPA, mas parte da infraestrutura (mobiliário e alguns equipamentos) no interior do prédio foi conseguida por articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tefé. As unidades têm carro de apoio em Tefé, além de lanchas rápidas. Os gestores informaram que também compartilhavam as bases do Instituto Mamirauá, mas no presente as bases necessitam de reforma e não estão em condições de uso.

Figuras 10 e 11: Prédio alugado pela SEMA para 3 unidades



Fonte: Dicamb - 2019

58. A BR-319 (Manaus a Porto Velho) corta a RDS Igapó-Açu, uma das UCs criadas (No total são 6) para estabelecer uma "barreira verde" no entorno da rodovia BR-319 a fim de conter o avanço de práticas econômicas predatórias como a agropecuária, a mineração e a extração madeireira no Sul do Amazonas, região que responde pela maior parcela do desmatamento no estado. O cenário requer uma governança ambiental diferenciada, seja pela pressão antrópica ou pelas condições de acesso que dificultam o controle.

59. Em 2013 apesar de nenhuma UC sob influência da BR-319 integrar a amostra das visitas in loco, pois houve opção pelas UCs do mosaico do Apuí, o cenário relatado à época mostrava um quadro inicial de estruturação com muitas dificuldades. Em 2019, os gestores das 6 UCs sob a influência da BR-319, informaram por meio do questionário-base a infraestrutura existente (quadro 9) para atuar na gestão de 2.320.667,31ha (dois milhões, trezentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e sete hectares).

60. Das seis unidades, quatro recebem recursos do programa ARPA e duas não têm suas atividades custeadas pela SEMA, mas reconhecem que no atual formato o recurso é incompatível com a necessidade da gestão. O próprio deslocamento à unidade, no período do inverno representa um alto custo pois fatalmente o carro necessitará de revisão após a viagem. O recurso financeiro e os recursos humanos foram os itens mais citados no grau de dificuldades.

Quadro 9: Estrutura das UCs da BR-319 no Trecho do Meio

| Unidade | Sede Administrativa | Mobiliário | Recursos financeiros | Recursos Humanos |
|-----------------------|---|---|---|--|
| FES Canutama | Sede cedida pela Prefeitura de Canutama | Equipamentos e estrutura não atendem a gestão | Parcialmente compatível com as necessidades. Não recebe recursos externos | Parcialmente compatível com as necessidades. |
| FES Tapauá | Não possui sede | Equipamentos e estrutura não atendem a gestão | Não são compatíveis com as necessidades. Não recebe recursos externos | Não é compatível com as necessidades. |
| PES Matupiri | Não possui sede | Equipamentos e estrutura não atendem a gestão | Parcialmente compatíveis – recebe recursos externos | Não é compatível com as necessidades. |
| RDS Matupiri | Não possui sede | Equipamentos e estrutura não atendem a gestão | Parcialmente compatíveis – recebe recursos externos | Não é compatível com as necessidades. |
| RDS Igapó Açú | Possui sede compartilhada | Equipamentos e estrutura não atendem a gestão | Parcialmente compatíveis – recebe recursos externos | Parcialmente compatíveis |
| Resex Canutama | Sede cedida pela Prefeitura de Canutama | Equipamentos e estrutura atendem a gestão | Parcialmente compatíveis – recebe recursos externos | Parcialmente compatíveis |

Fonte: Dicamb - 2020

61. Os técnicos do Dicamb acompanharam uma atividade da gestão da RDS Igapó Açú, testemunhando as dificuldades operacionais, o risco de vida e a insegurança em diversos trechos da rodovia. O deslocamento foi feito no veículo da própria unidade que acabou sendo rebocado para vencer um trecho do percurso.

Figuras 12 e 13: Deslocamento da equipe do Dicamb para a RDS Igapó-Açú na BR-319



Fonte: Dicamb, 2019

Figura 14: Prédio improvisado que serve de apoio à RDS Igapó-Açu



Fonte: Dicamb - 2019

62. A governança ambiental executada, incluindo a infraestrutura está aquém do desafio. E com este cenário, dificilmente uma ou duas pessoas que atuam nas unidades, sem apoio e respaldo do IPAAM e de outros órgãos com o poder de polícia, poderão efetuar fiscalizações e adotar medidas para efetividade. Assim, não é suficiente apenas criar as unidades de conservação para que as áreas sejam efetivamente protegidas. É necessário que o mecanismo funcione, garantindo recursos financeiros, humanos e materiais para a gestão.

63. Em outra área da região Sul do Amazonas, especificamente nos municípios de Lábrea, Apuí, Boca do Acre e Humaitá, houve melhoria na implementação de infraestrutura que influencia positivamente o programa de gestão de UCs localizadas no entorno. Financiados pelo Programa Profloram/KFW foram construídos 5 Centros Multifuncionais (CMF), sendo 4 no Sul do Amazonas e 1 em Parintins. O investimento estimado em R\$ 4.154.062,48 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e 48 centavos) objetivou descentralizar a gestão da Sema e do IPAAM, e beneficiou as UCs do Mosaico do Apuí (fig. 15). O mesmo projeto também

construiu uma base para o Batalhão de Incêndio Florestal e Meio Ambiente, no parque Sumaúma e a nova sede da SEMA.

Figura 15: inauguração do Centro Multifuncional do Apuí



Fonte: Sema, 2019

2.2. Considerando o quadro de restrições orçamentárias e a necessidade de uma gestão eficiente das UCs, em que medida a SEMA destina recursos para auxiliar no processo de gestão e de tomada de decisão?

64. A criação, implementação, consolidação e gestão das UCs requer um fluxo financeiro estável, diversificado e proporcional às necessidades de custos e investimentos. Para criar condições mais favoráveis ao crescimento e consolidação das UCs, é necessário contar com recursos regulares e suficientes.

65. Conforme o inciso XI, artigo 5º da Lei Federal (SNUC) nº 9.985/00, é fundamental que seja garantida a alocação adequada dos recursos financeiros para que as UCs criadas possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos. Da mesma forma, o inciso XI, artigo 5º da Lei Estadual nº 53/07 determina a promoção da adequada alocação dos recursos financeiros necessários para as UCs.

66. Em 2013 com base na análise orçamentária e extraorçamentária da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (atual SEMA) verificamos que o orçamento do Governo do Estado era insuficiente para a gestão das unidades de conservação. A análise realizada com base no montante de recursos aplicados ao longo de cinco anos (2009 a 2013), em todas UCs demonstrou que os recursos próprios foram apenas 0,6% (R\$ 540.357,16) quando comparados aos recursos de fontes extra-orçamentárias no mesmo período, 99,4% (R\$ 90.711.716,47). Tal fato demonstrou alta dependência dos recursos extraorçamentários para financiar as atividades de gestão das UCs.

67. Na avaliação de 2014 a 2018, o cenário não mudou. A SEMA continua mantendo parte dos seus programas com apoio de parcerias federais, financiamentos de doadores internacionais e compensações ambientais.

68. A retrospectiva do período citado mostra que a situação financeira do estado atravessou um período crítico a partir de 2015, quando a reforma administrativa perpetrada pelo Governo José Melo provocou a redução no orçamento e no quadro de servidores (cargos comissionados e terceirizados) de diversas secretarias e autarquias. E na área ambiental foram extintos o Centro Estadual de Mudanças Climáticas e o Centro de Unidades de Conservação.

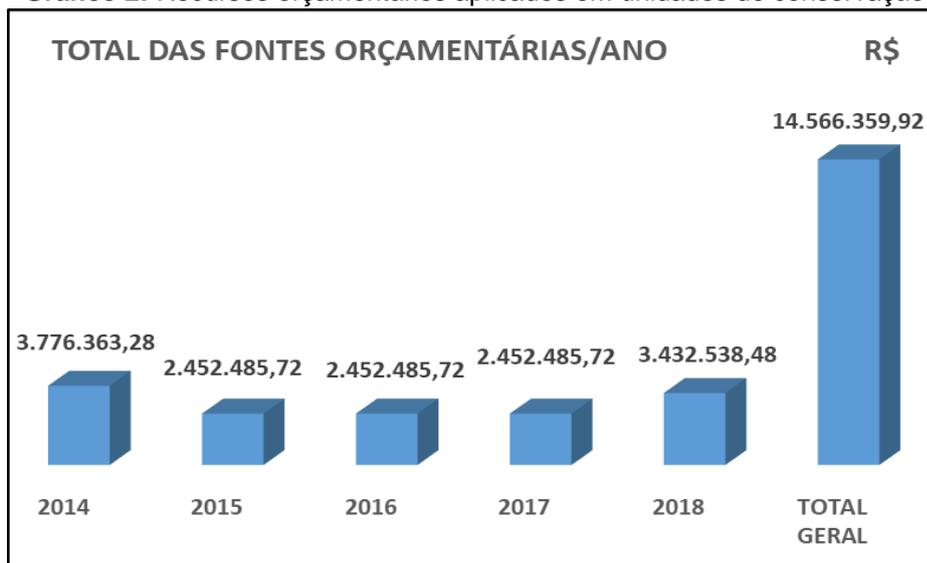
69. Em julho de 2015, na segunda fase da reforma administrativa, o Governo chegou inclusive a cogitar a fusão da SEMA com o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM). O fato foi denunciado pela Comissão de Meio Ambiente da ALE-AM, em 2015, e só não foi efetivado pelo amplo protesto da sociedade civil e de outros setores.

70. Os dois órgãos foram mantidos de forma independente, mas houve redução de recursos. O IPAAM sofreu redução de 13% (Caama, 2016). Em 2015, a função orçamentária Gestão Ambiental, indicador da SEMA, sofreu um corte de 54%. Em 2016 os valores destinados à SEMA continuaram diminuindo.

71. O encerramento deste período culminou com uma crise política. O governador José Melo foi cassado pelo Superior Tribunal Federal em 04/05/2017, o que ocasionou um ano atípico no estado: o Amazonas teve 2 governadores e uma eleição suplementar que elegeu um terceiro governador. Esses fatos geraram certa instabilidade administrativa em todas as secretarias.

72. Após a redução de orçamento, a SEMA se organizou dentro do novo contexto para garantir o mínimo das ações de gestão ambiental. O levantamento de 2014 a 2018 (Ofício 1.389/2019/GS/SEMA), referente a aplicação de recursos do tesouro nas unidades de conservação (gráfico 2), alcançou a soma de R\$ 14.566.359,92 (Quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais, e noventa e dois centavos), o que envolve basicamente as despesas com pagamento de salário de pessoal, encargos, o Projeto Fortalecendo a Consolidação do Sistema Estadual de Unidade de Conservação do Amazonas (SEMA/AADES), implementado a partir de crédito suplementar orçamentário sem compensação.

Gráfico 2: Recursos orçamentários aplicados em unidades de conservação



Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1389/2019/GS/SEMA

73. As fontes extraorçamentárias apresentadas pela SEMA (tabela 1), são o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) do Ministério do Meio Ambiente; Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta Tropical do Estado do Amazonas (Profloram); Compensações ambientais (Gasoduto Coari-Manaus, Usina Hidrelétrica Teles Pires e o Lote C do Linhão Tucuruí) e o Programa Bolsa Floresta. Juntas, as fontes extraorçamentárias somaram investimentos da ordem R\$ 159.833.362,84 (Cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e dois reais).

Tabela 1: Recursos de Fontes Extraorçamentárias

| ANO | ARPA/MMA | PROFLORAM | COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS | | | PROGRAMA BF | TOTAL GERAL |
|-------|---------------|------------|-------------------------|-----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| | | | Gasoduto Coari-Manaus | UHE Teles Pires | Lote C Linhão Tucuruí | | |
| 2014 | 12.528.889,30 | 70.450,67 | 12.946.402,60 | 0,00 | 0,00 | 16.143.000,00 | 41.688.742,57 |
| 2015 | 0 | 84.030,47 | 3.472.129,10 | 0,00 | 0,00 | 19.357.000,00 | 22.913.159,57 |
| 2016 | 12.565.451,35 | 55.560,00 | 3.471.129,10 | 1.071.185,64 | 764.023,26 | 18.949.000,00 | 36.876.349,35 |
| 2017 | 0 | 133.875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.996.000,00 | 21.129.875,00 |
| 2018 | 12.559.943,38 | 7.035,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.689.258,00 | 37.256.236,38 |
| TOTAL | 37.654.284,03 | 350.951,14 | 19.888.660,80 | 1.071.185,64 | 764.023,26 | 100.104.258,00 | 159.833.362,84 |

Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1389/2019/GS/SEMA

74. O programa ARPA, no período em análise, contemplou 24 unidades de conservação com base em planos operativos bi-anuais. O programa tem objetivo

de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, assegurar recursos financeiros para a gestão das áreas a curto e longo prazo, e promover o desenvolvimento sustentável. O programa contempla as temáticas: plano de gestão, conselho, sinalização, demarcação, proteção, operacionalização e monitoramento da biodiversidade.

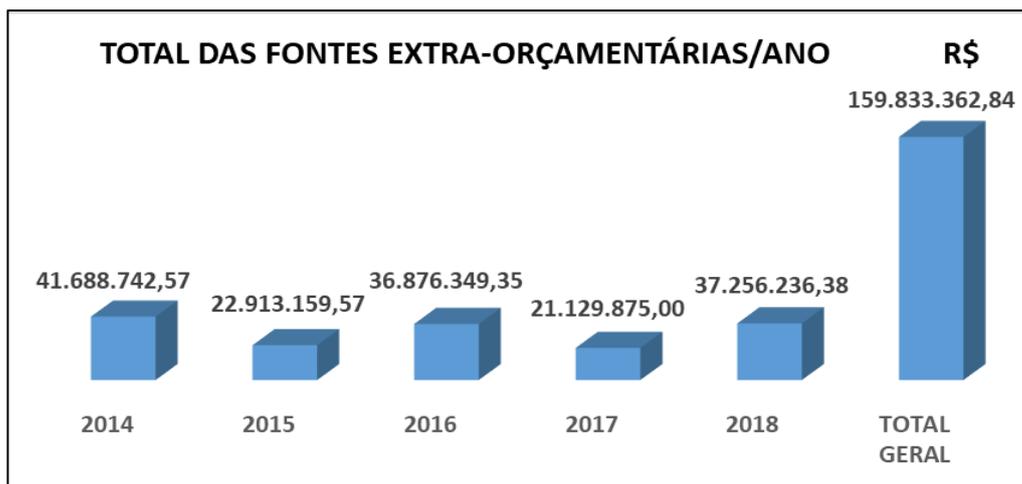
75. O projeto Profloram é financiado pela Cooperação Alemã para o fortalecimento da gestão ambiental e territorial. O projeto apoiou diversas ações, entre as quais a descentralização da gestão da Sema e IPAAM com a construção dos Centros Multifuncionais, a estruturação das UCS (aquisição de veículos, computadores etc) e a implantação do Programa Agente Ambiental Voluntário em 22 UCs.

76. O licenciamento do Gasoduto Coari Manaus (Termo de Compensação 001/2009) gerou a aplicação de R\$ 19.888.660,80 em diversas áreas entre as quais a elaboração e revisão dos Planos de Gestão, formação e implementação de conselhos gestores, implementação do Programa de Proteção da Biodiversidade (Probuca), aquisição de equipamentos etc.

77. A compensação ambiental federal da obra da UHE Teles Pires (processo nº 02001.004860/2012-80) é destinada à implementação do Parque Estadual Sucunduri na região Sul do Amazonas. E prevê a elaboração do Plano de Uso Público, levantamento fundiário, estudo para valoração ambiental dos recursos, além de relatório de identificação das pressões e ameaças.

78. A compensação do Lote C do Linhão Tucuruí (Processo nº 02001.004856/2011-31) tem como objeto o Programa de Implantação da APA Nhamundá e da RDS Uatumã. **79.** Evidenciamos que as unidades contempladas com as compensações ambientais, seguem os critérios específicos da localização das mesmas, na circunferência das obras, ou seja, no raio de influência.

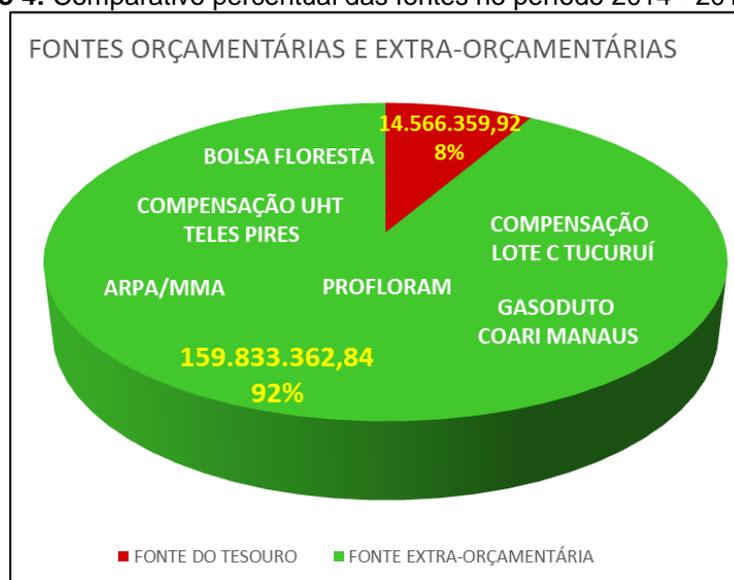
Gráfico 3: Recursos de Fontes Extraorçamentárias



Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1389/2019/GS/SEMA

80. O comparativo destes dados evidencia a baixa aplicação de recursos próprios oriundos do Tesouro Estadual (gráfico 4). E que o Governo do Amazonas, provisionou de 2014 a 2018, apenas 8%, do total de recursos investidos para implementação das unidades de conservação. Desta forma, 92% dos recursos aplicados, são extraorçamentários.

Gráfico 4: Comparativo percentual das fontes no período 2014 - 2018

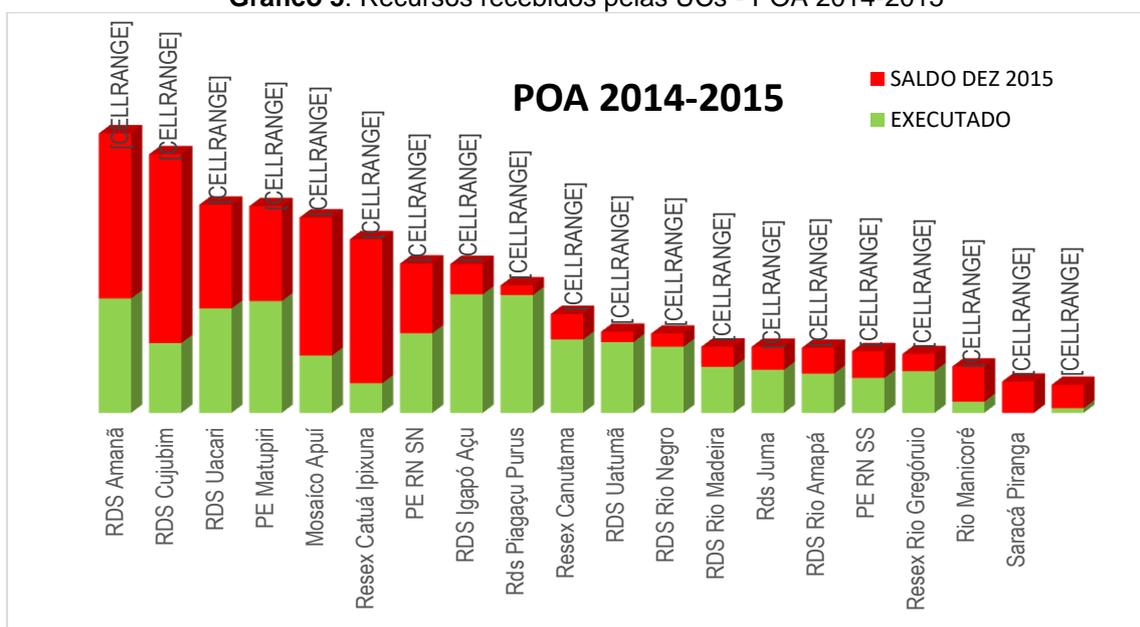


Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1389/2019/GS/SEMA

81. A partir de informações requisitadas à SEMA e de pesquisa no site do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/programa-arpa-funbio/ucs-apoiadas executor do Programa ARPA verificamos

quanto às UCs recebem e executam por biênio (gráficos 5 e 6). O Programa apóia 5 Parques, 15 RDSs e 4 Resex.

Gráfico 5: Recursos recebidos pelas UCs - POA 2014-2015



Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1.389/2019/GS/SEMA

82. A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável aparece como a mais beneficiada na distribuição dos recursos. A RDS Cujubim foi a unidade que mais recebeu recursos de 2014 a 2018, cerca de R\$ 3.595.427,56. O Mosaico do Apuí apesar de figurar com o maior valor absoluto, divide os recursos para 5 unidades.

83. A análise dos recursos recebidos X recursos executados expõe a realidade de algumas unidades que apresentam baixa execução orçamentária, questão a ser aprimorada pela SEMA com capacitações e outras medidas que melhorem a execução.

84. No biênio 2014/2015, apenas 13 unidades conseguiram ultrapassar a casa dos 50% de execução. Duas unidades, RDS Puranga Conquista e Resex Catuá Ipixuna, alcançaram os menores índices, 16,4% e 17,08%, respectivamente.

85. Entre as UCs beneficiadas nos POAS 2014/2015 e 2016/2017, figuram na lista da SEMA o nome de duas áreas denominadas Rio Manicoré e Saracá Piranga, futuras RDSs, cujos estudos para possível homologação são contemplados no Programa ARPA.

86. No POA 2014/2015 só houve a execução dos recursos destinados à área Rio Manicoré, da ordem de R\$ 58.232,50, o que corresponde a 24% do valor total estipulado em R\$ 239.651,50.

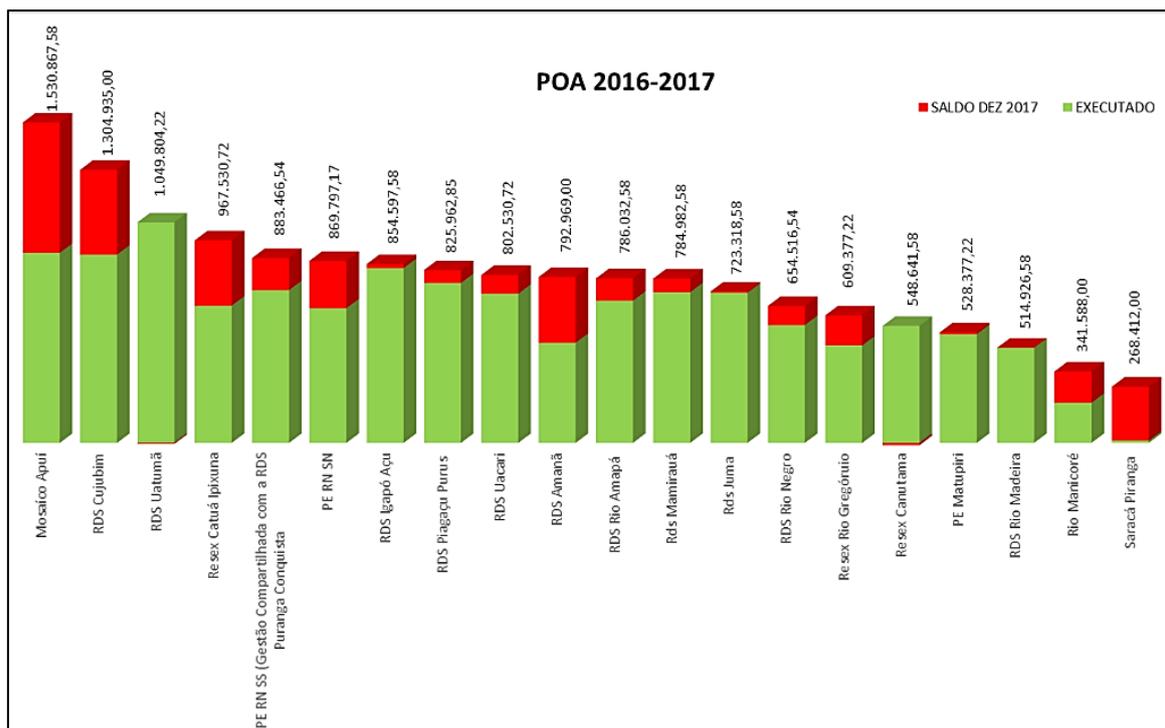
87. No POA 2016/2017 o recurso disponível para a área Saracá Mirim foi orçado em R\$ 268.412,00, sendo executado apenas R\$ 11.062,50, pouco mais de 4% do valor total. E para a área Rio Manicoré R\$ 341.588,00, sendo executado R\$ 191.543,89 (56%). Outra área contemplada com recursos é a futura Resex Mamiá, contemplada no POA 2018/2019.

88. Sobre a criação das novas UCs o Demuc informou que foram orçados os estudos técnicos com fins de diagnósticos das áreas pré-selecionadas. Os Termos de Referência foram aprovados pelo Fundo da Biodiversidade (Funbio) para inserção no Programa ARPA. Atualmente estão em tramitação na SEMA, 7 processos para a criação de novas áreas.

89. No POA 2016/2017 pelo menos duas unidades alcançaram 100% na execução do recurso e ainda gastaram a mais. A RDS Uatumã e a Resex Canutama alcançaram índices de execução de 100,37% e 101,85%, respectivamente. Todas as demais UCs tiveram índices acima de 50%, com exceção do recurso destinado à área Saracá Piranga.

90. Observamos ainda que algumas unidades recebem recursos para uma gestão compartilhada, é o caso do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul e a RDS Puranga Conquista.

Gráfico 6: Recursos recebidos pelas UCs - POA 2016-2017



Fonte: Dicamb a partir do Ofício 1389/2019/GS/SEMA

91. O POA 2018/2019 apresenta apenas a execução do ano de 2018 e está disponível no anexo 1 deste relatório.

92. De forma geral verifica-se que muitos projetos e atividades desenvolvidos nas UCs tem formato contínuo pois estão vinculados à rotina de gestão das unidades. E neste aspecto é notório que as UCS que recebem recursos financeiros têm mais programas implementados, o que influencia diretamente na efetividade das ações. Esse cenário é observado quando da aplicação do Indimapa: as RDSs, Resex e Parques que recebem recursos se destacam à frente das demais unidades em relação a nota obtida. Assim, é evidente que indicador recurso financeiro é fundamental na gestão de uma unidade.

93. Na amostra das visitas in loco, foram incluídas três unidades que não recebem recursos extra orçamentários e nem orçamentários, o Parque Estadual Sumaúma, a APA Caverna do Maroaga e a Floresta Estadual de Maués

94. Considerando que o Parque é uma UC urbana e que pela proximidade com a Sema recebe apoio direto, nos detivemos a situação das outras unidades: A APA pela sua característica peculiar é um desafio à gestão. A unidade tem a sua disposição um veículo tipo pick-up, mas não conta com recursos para abastecimento e nem manutenção. O gestor busca apoio nas doações da

sociedade civil e nas parcerias com a Secretaria de Meio Ambiente de Presidente Figueiredo e com a Rebio Uatumã, uma unidade de conservação federal.

95. A APA como espaço físico está sob pressão, principalmente porque o Plano Diretor do Município não abrange a área considerada “em expansão” que tem ramais crescendo, áreas desmatadas e empreendimentos se instalando. Apesar deste contexto, a UC não tem dotação orçamentária para fazer monitoramentos com a frequência necessária nos ramais da Estrada de Balbina.

96. Na Floresta Estadual de Maués, a Sra. Francilene Lisboa dos Santos, que atua como técnica contratada pela AADES desde o mês de agosto/2018, informou que não há recursos para implementação dos programas. E que as despesas de custeio da sala administrativa estão sob a responsabilidade do IDAM que paga água, luz e internet.

97. A unidade não conta com lancha e nem recursos para deslocamento no perímetro da unidade, que tem 438.440,32 hectares.

98. Verifica-se por fim que o status nesse item continua idêntico ao de 2013, onde permanece a dependência de recursos extraorçamentários para a gestão das unidades de conservação.

2.3 O Governo Estadual possui sistemas de mensuração de desempenho para a política estadual de UCs?

2.3.1 - Monitoramento e avaliação da política estadual de UCs

99. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) realiza a gestão de 42 unidades de conservação (UCs), sendo oito de proteção integral e 34 de uso sustentável, totalizando 18.907.378,34 hectares de floresta legalmente protegidos, o que representa 12,13% da área do Estado.

100. A política de gestão prevê a manutenção da floresta e a garantia da conservação dos recursos naturais, por meio de políticas públicas, gestão, projetos, monitoramento e áreas protegidas para o atendimento de 1.030 comunidades.

101. No fortalecimento da gestão das UCs, a Sema tem o apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que financia a realização de

diagnósticos, estudos biológicos, sociais e fundiários para a elaboração e aplicação dos planos de gestão das unidades.

101. Como estratégia, o monitoramento da gestão das áreas protegidas, é uma ferramenta fundamental para diagnosticar e propor mudanças que possibilitem avanço na estratégia global de preservar os ecossistemas e a diversidade biológica.

103. Conforme verificação junto ao Demuc, a Sema não desenvolveu uma metodologia própria ou sistemas de coleta de dados de forma regular. O monitoramento da gestão das UCs é feito com a utilização da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC) do Programa Arpa/Ministério do Meio Ambiente.

104. A FAUC foi desenvolvida, considerando as peculiaridades da estrutura do Programa Arpa, tais como, a inclusão das UCs de uso sustentável e a adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ela permite a avaliação da efetividade da gestão de UCs e serve como base para as ações de planejamento e monitoramento do Programa.

105. A ferramenta permite acompanhar o avanço dos processos de consolidação da gestão das UCs, em relação às metas do Programa e orientar os esforços dos gestores e órgãos executores. São avaliados trinta e três indicadores, subdivididos em seis elementos de avaliação (planejamento, insumos, processos, produtos, resultados, e reflexão e melhoria), agrupados em dois subsistemas integrados: Efetividade e Avanço.

106. A Unidade de Coordenação do Programa Arpa/MMA e os órgãos gestores são responsáveis pela aplicação anual da FAUC, bem como pela validação das informações inseridas pelos gestores de cada UC no sistema. Tal ferramenta é um dos módulos que compõem o Sistema de Gerenciamento e Coordenação do Programa Arpa – Sisarpa.

107. Em área mais específica, a Sema também utiliza como indicador, o monitoramento e a aplicação dos Protocolos do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso Sustentável de Recursos Naturais (*ProBUC*).

108. Em entrevista, à coordenação do Demuc informou que com a ferramenta do FAUC é realizado apenas o monitoramento de 24 unidades, aquelas que integram o Programa ARPA. As demais unidades têm uma avaliação anual que

é feita com apresentação de relatório pelo gestor durante a oficina de planejamento.

109. Conforme verificação no site <http://arpa.mma.gov.br/fauc-2/>, o histórico das avaliações das UCs estaduais, de 2010 a 2020 (anexo 1), apresenta de forma otimista a consolidação de 10 UCs (quadro 10).

Quadro 10: Consolidação das UCs - Programa Arpa

| Nível de Implementação | Nº de UCs |
|-------------------------------|------------------|
| Consolidadas | 13 |
| Alto | 8 |
| Médio | 3 |

Fonte: Dicamb, 2020, elaborado a partir de informações do FAUC

110. Essa avaliação do FAUC por UC pode ser conferida no anexo 2 deste relatório. Infelizmente a realidade das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, não é a realidade das demais unidades do Amazonas, que não passam por mensuração regular, não dispõe de recursos e nem metodologia para avaliação. Essa condição influi até mesmo na produção de dados confiáveis dessas unidades. A coordenação do Demuc necessita desenvolver uma metodologia de mensuração que seja aplicável a todas as unidades.

2.3.2 - Dados das UCs estaduais no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

111. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é um portal mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, conforme o estabelecido no artigo 50º, da Lei nº 9.985/2000. O portal conta com a mão de obra dos Órgãos gestores federais, estaduais e municipais para alimentação dos dados. O principal objetivo do CNUC é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do SNUC.

112. O cadastro mostra as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais, legais e ainda os dados georreferenciados das unidades de conservação, apresentados na forma de relatórios e mapas interativos.

113. A importância do CNUC está na disponibilização das informações organizadas e atualizadas ao público, que pode utilizá-las como fonte confiável

de pesquisa para diversas finalidades. Conhecendo as unidades de conservação do território, o cidadão pode colaborar na proteção do patrimônio biológico nacional.

114. A análise dos dados das UCs estaduais do Amazonas no CNUC mostrou inicialmente que apesar de haver 42 unidades, apenas 41 estão cadastradas. A APA Guajuma criada em 09 de maio de 2011 até hoje não está relacionada entre as Áreas de Proteção Ambiental do Amazonas. Também não estão cadastradas as 14 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

115. Para a análise qualitativa das informações de 41 UCs cadastradas no CNUC escolhemos os indicadores básicos que constam no cadastro tais como: Objetivos da UC, Conselho Gestor, Plano de Gestão, Nome do Gestor, E-mail da UC, Situação fundiária, Situação da visitação e Controle de visitação. A ideia é mostrar a constância e a ausência das informações requeridas.

Quadro 11: Número de unidades que não cadastraram informações básicas no CNUC

| Objetivos da UC | | Conselho Gestor | | Plano de Manejo | | Nome do Gestor | | E-mail da UC | | Situação fundiária | | Situação da visitação | | Controle de visitação | |
|-----------------|-----|-----------------|-----|-----------------|-----|----------------|-----|--------------|-----|--------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------|-----|
| Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim |
| 2 | 39 | 14 | 37 | 22 | 19 | 37 | 4 | 37 | 4 | 41 | 0 | 39 | 2 | 40 | 1 |

Fonte: Elaborado a partir de análise do site do CNUC.

116. Também identificamos que os dados apresentados no CNUC, nem todos guardam similaridade com as informações disponíveis no portal institucional da SEMA www.meioambiente.am.gov.br, no sub menu www.meioambiente.am.gov.br/unidade-de-conservacao/.

117. Evidenciamos desta forma que os cadastros estão incompletos, tanto no site da SEMA, quanto no CNUC.

118. Estabelecemos um comparativo entre os dois portais. Houve inconsistências nos dados de 24 UCs. Há necessidade de adequação mediante o que prescreve a Lei 12.527/2011 – Transparência Pública.

2.3.3 - Desmatamento

119. Durante a auditoria de 2013 o estado do Amazonas atravessava a 2ª Fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Amazonas (2012-2015) conduzido pelo Centro Estadual de Mudanças

Climáticas (CECLIMA). As ações foram planejadas em 4 Eixos Estratégicos: i. Ordenamento Territorial; ii. Monitoramento, Comando e Controle Ambiental; iii. Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e iv. Prevenção e Controle de Queimadas.

120. Na segunda fase, o Plano de Controle do Desmatamento, encampou políticas de fomento às atividades produtivas sustentáveis, serviços ambientais, gestão ambiental, fortalecimento institucional, fiscalização ambiental, ordenamento territorial, regularização fundiária e desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas.

121. Após o encerramento desta fase, o Governo do Amazonas realizou em 2016 a Avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento - (PPCD-AM 2012-2015) por meio de consultoria contratada pela Agência de Cooperação Alemã-GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit).

122. O resultado do estudo trouxe definições e recomendações para a 3ª Fase, prevista para 2018 - 2020.

122. Uma das constatações do Relatório acerca da 2ª Fase é que a partir do momento em que as ações foram ampliadas, havia a expectativa que essa tática pudesse favorecer maior envolvimento do conjunto dos órgãos de governo, melhorando os resultados da 1ª Fase, mas não foi o que ocorreu.

“Não obstante, os problemas de gestão enfrentados na 1ª Fase persistiram e, em certa medida, se agravaram em decorrência de mudanças na estrutura do governo. As mudanças ocorridas ocasionaram um hiato de acompanhamento e monitoramento, afetando a elaboração de relatórios gerenciais das instituições e, conseqüentemente, impactando na realização de análises de execução e avanços obtidos. O registro que se dispõe do desempenho de cada órgão e da efetividade das ações planejadas restringe-se a planilhas de acompanhamento e monitoramento elaboradas pela Sema em 2014, sem que tenha sido feito, no entanto, análises mais descritivas e aprofundadas da implementação do Plano na ocasião”. (Relatório Sema, 2018)

123. Dessa forma, verificou-se a partir de 2013 um cenário de monitoramento deficiente, problemas de governança dos órgãos de gestão, mudanças na estrutura da gestão e recrudescimento dos recursos.

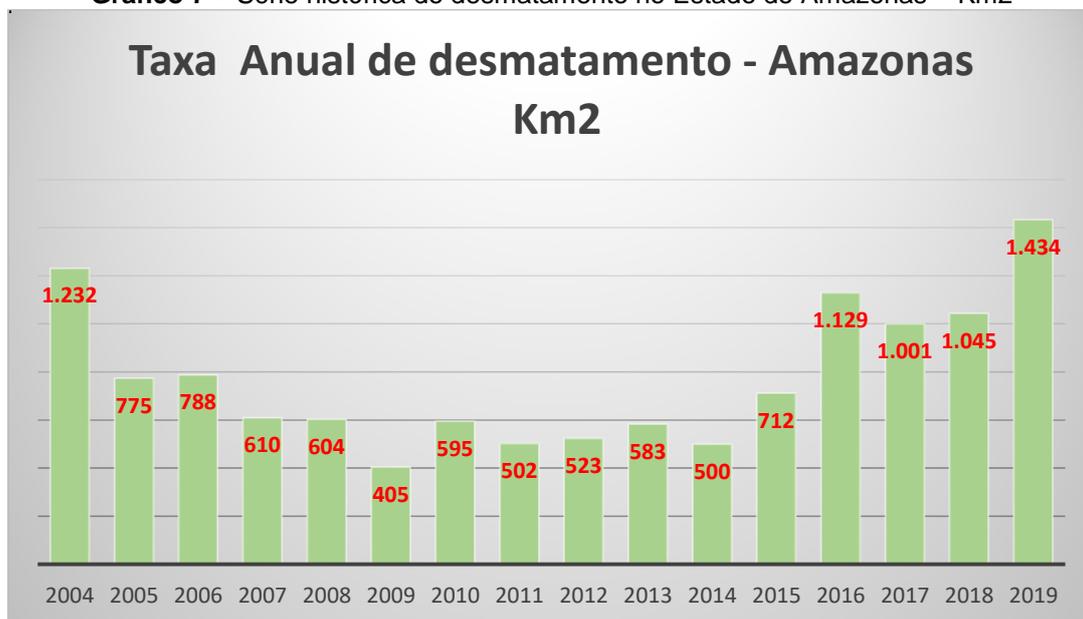
124. A redução de gastos de custeio nos setores de gestão e controle ambiental do Amazonas foi concomitante ao aumento do desmatamento.

125. A taxa de desmatamento começou a elevar-se a partir de 2015, um ano atípico com ausência de chuvas. O índice, que estava se mantendo no mesmo patamar (abaixo de 600 km²) desde 2007, iniciou curva ascendente (tabela 2). Conforme a série histórica do INPE (gráfico 7), de 2015 a 2019 o aumento acumulado no índice da taxa de desmatamento mais que dobrou em relação ao ano de 2014.

Tabela 2: Índice do desmatamento 2013 a 2019

| Ano | KM2 | Percentual de Incremento |
|------|-------|--------------------------|
| 2013 | 583 | |
| 2014 | 500 | - 14% |
| 2015 | 712 | 42,40% |
| 2016 | 1.129 | 58,56 |
| 2017 | 1.001 | -11,33 |
| 2018 | 1.045 | 4,3% |
| 2019 | 1.434 | 37% |

Gráfico 7 – Série histórica do desmatamento no Estado do Amazonas – Km²

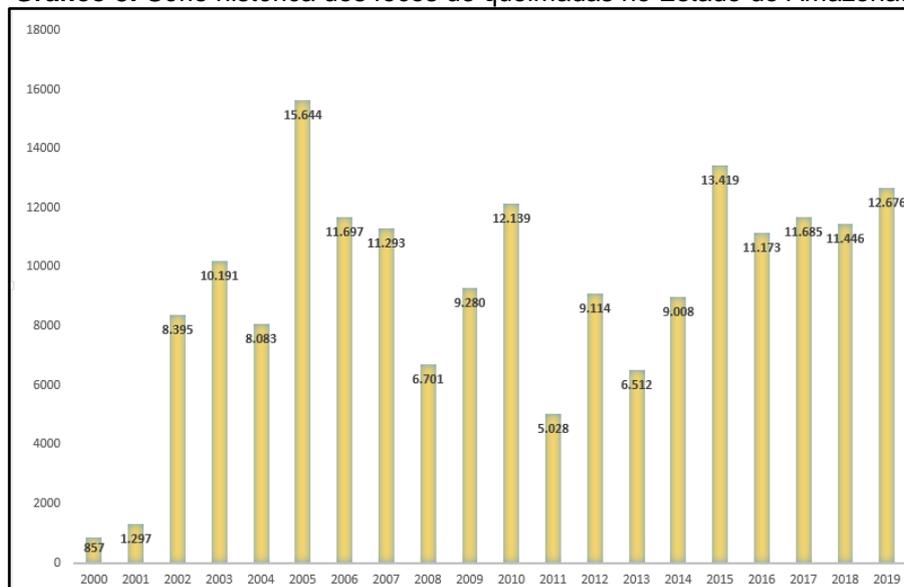


Fonte: TCE/AM – Adaptado a partir de informações do INPE/2020

126. De igual forma, o índice de focos de calor (gráfico 8) acompanhou o pico do desmatamento no estado. Os focos de queimadas são associados a pequenas propriedades, bem como ao aumento do desmatamento, pelo risco maior de incêndios florestais que se espalham a partir de terras devastadas e

queimadas. As ações associadas as queimadas e desmatamento são a mineração ilegal, agricultura e pecuária.

Gráfico 8: Série histórica dos focos de queimadas no Estado do Amazonas

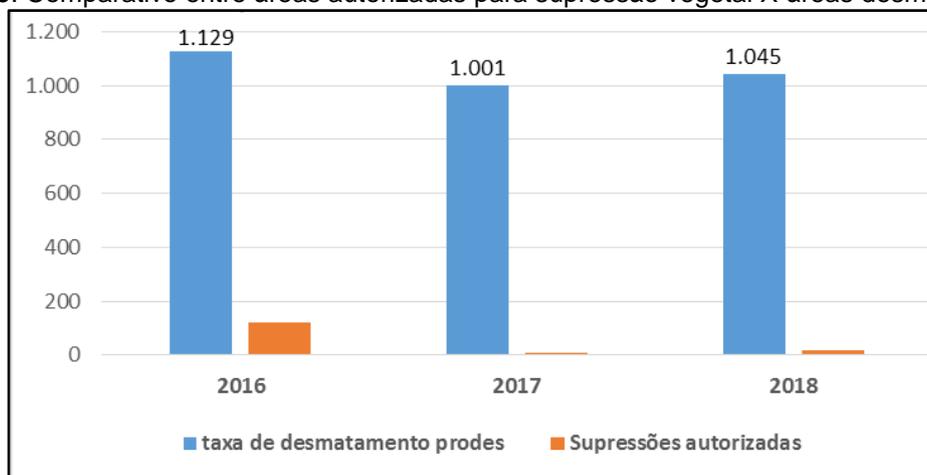


Fonte: TCE/AM – Com informações do INPE Queimadas/2020

127. Segundo detecção do MapBiomass Alerta 95% das áreas desmatadas não tem autorização registrada nos sistemas federal e estadual de licenciamento. Assim a extensão de vegetação nativa suprimida não foi autorizada, sendo realizada de forma ilegal. Por meio do sistema de

128. Levantamento realizado no sistema de licenciamento do IPAAM, de 2016 a 2018, mostra que as autorizações de supressão vegetal, são infinitamente inferiores às áreas desmatadas registradas pelo INPE. Assim confirma-se a assertiva do MAP Biomass quanto à ilegalidade deste desmatamento, pelo menos no estado do Amazonas.

Gráfico 9: Comparativo entre áreas autorizadas para supressão vegetal X áreas desmatadas



Fonte: SEMA, 2020

129. Em se tratando do desmatamento das unidades de conservação estaduais também foi registrado aumento dos índices. A partir de análise da série histórica do INPE, observamos os dados referentes a 41 UCs. As Áreas de Proteção Ambiental (APAS) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável figuram como as áreas que mais sofreram pressão e desmatamento de 2014 a 2019.

130. Em 2019 incremento do desmatamento nas APAS alcançou 644%, em relação ao ano de 2018, com a liderança da APA Caverna do Maroaga, em Presidente Figueiredo, e das APAS do Rio Negro. As RDSs, segunda categoria mais afetada, registraram 42% de incremento nos índices de desmatamento.

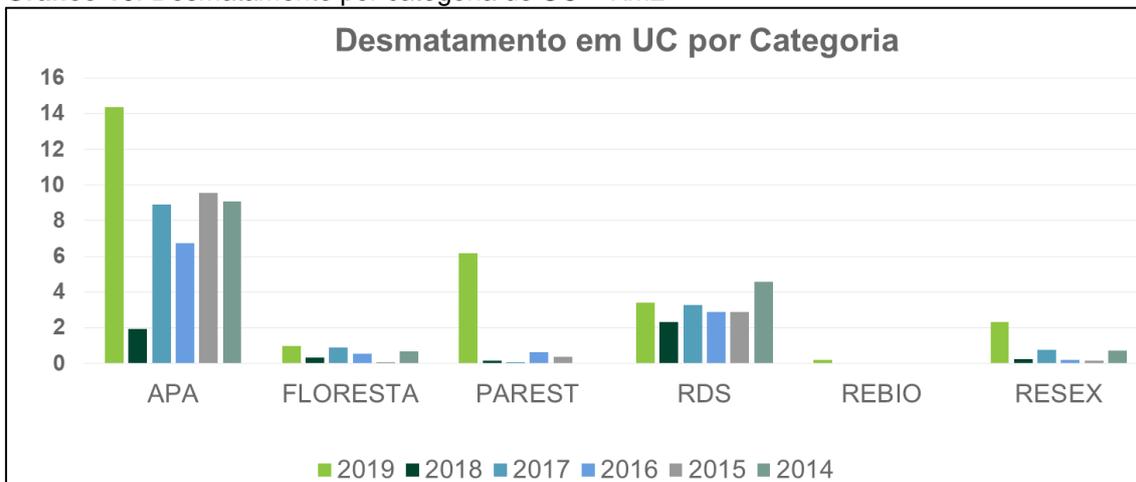
Tabela 3: Desmatamento em unidades de conservação – Km2

| CATEGORIA | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | TOTAL/UC |
|--------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|
| APA | 14,36 | 1,93 | 8,9 | 6,75 | 9,54 | 9,07 | 50,55 |
| RDS | 3,42 | 2,34 | 3,29 | 2,9 | 2,9 | 4,58 | 19,43 |
| PAREST | 6,19 | 0,15 | 0,07 | 0,62 | 0,36 | 0 | 7,39 |
| RESEX | 2,32 | 0,23 | 0,77 | 0,22 | 0,16 | 0,7 | 4,4 |
| FLORESTA | 1 | 0,31 | 0,88 | 0,54 | 0,09 | 0,66 | 3,48 |
| REBIO | 0,18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,18 |
| Total Geral | 27,47 | 4,96 | 13,91 | 11,03 | 13,05 | 15,01 | - |

Fonte: Dicamb/TCE - produzido a partir doProdes/ INPE

131. Também é importante destacar a ocorrência de desmatamento em duas unidades significativas pela beleza cênica, o Parque Estadual Serra do Aracá, em Barcelos, e a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira. Essas duas unidades pertencem a região do Rio Negro, estão sofrendo pressão em função dos garimpos que migraram para região. A REBIO não apresentava em anos anteriores histórico de ocorrência de desmatamentos, mesmo estando numa área de conflito por sobreposição com duas áreas protegidas: a Terra Indígena (TI) Balaio e o Parque Nacional Serra da Neblina. A TI Balaio não tem garimpo, mas é rota de garimpeiros rumo a explorações ilegais de ouro na TI Yanomami e na Venezuela.

Gráfico 10: Desmatamento por categoria de UC – Km2



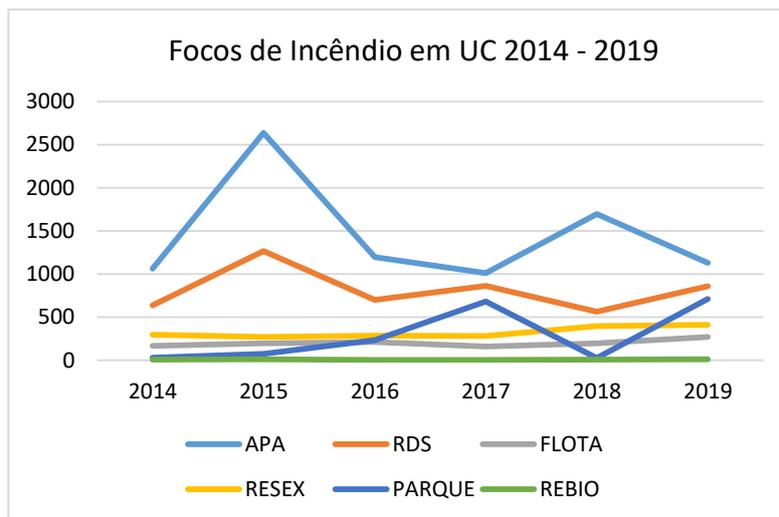
Fonte: Dicamb/TCE - produzido a partir de informações do INPE/Prodes

Focos de incêndio

132. Nas unidades de conservação estaduais, verificou-se de 2014 a 2019, maior número de focos de incêndio nas categorias APA e RDS (gráfico 11), sendo os maiores índices na Área de Proteção Caverna do Maroaga (Presidente Figueiredo) Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões (Região Metropolitana de Manaus). Nas RDSs lideram os índices o Rio Negro (Iranduba, Manacapuru e Novo Ayrã), Juma (Novo Aripuanã) e Rio Madeira (Novo Aripuanã/Borba/Manicoré).

133. Nas categorias Parque, Resex e Floresta, de forma isolada verificamos crescimento em unidades específicas, mas não no todo. Dessa forma, os maiores índices foram registrados no Parque Estadual Serra do Aracá (Barcelos), Resex Catuá Ipixuna (Coari e Tefé) e Floresta Estadual de Maués.

Gráfico 11: Comparativo de focos de Incêndio por categoria de UC



Fonte: Dicamb, a partir de dados coletados em <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/>

134. Destacamos que os dados apresentados no site www.queimadas.dgi.inpe.br não contemplam todas as unidades. Assim foram registrados em 2014, dados de 36 UCs; 2015 (35); 2016 (37); 2017 (35); 2018 (31); e 2019 (33). Apesar de não atingir o total das 42 UCS, os dados são fundamentais para o diagnóstico pois mostram a tendência e a representatividade em todas as categorias.

Tabela 4: Número de focos de incêndio por categoria de UC

| Categoria | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| APA | 1.062 | 2.636 | 1.197 | 1.010 | 1.696 | 1.129 |
| RDS | 635 | 1.266 | 699 | 862 | 563 | 859 |
| FLOTA | 164 | 194 | 209 | 158 | 195 | 268 |
| RESEX | 295 | 271 | 285 | 280 | 394 | 410 |
| PARQUE | 29 | 74 | 233 | 682 | 26 | 710 |
| REBIO | 7 | 9 | 2 | 2 | 6 | 10 |
| TOTAL | 2192 | 4450 | 2625 | 2994 | 2880 | 3386 |

Fonte: INPE Queimadas/2020

135. Nas visitas de campo foi possível evidenciar o crescimento do desmatamento na APA Caverna do Maroaga. Cumprindo cronograma estabelecido pela auditoria (Portaria 64/2019-GP/Secex) verificamos que a APA como espaço físico está sob intensa pressão, ramais crescendo, áreas desmatadas em grande escala, diversos empreendimentos novos, ocupação irregular e dispersão. A gestão da unidade relatou dificuldades no controle e fiscalização.

136. APA tem grande importância no contexto das unidades de conservação da região. Está localizada em uma área com pelo menos 4 outras UCS (fig. 16).

Figura 16: Localização da APA no contexto das outras UCs do perímetro



Fonte: Sema, 2018

137. Na AM-240 (Presidente Figueiredo-Vila de Balbina) está localizado o Geossítio Gruta Refúgio do Maroaga, que apresenta duas grutas: Maroaga e da Judéia. Estes marcos referenciais estão ameaçados. A expansão da cidade com o crescimento do bairro Maroaga está avançando sobre os sítios geológicos/paleontológicos. Verificamos ainda o licenciamento de empreendimentos nos limites dos sítios arqueológicos, como o da empresa de coleta de resíduos Ecoagro, cujo terreno tem uma angulação de 160 graus. Foi aberta uma picada para delimitação, atingindo a parte de cima da caverna.

Figuras 17 e 18: Desmatamento no entorno da gruta da Judéia



Fonte: Dicamb

138. Outra constatação foi feita no entorno do Lago de Balbina, no final da AM-240 onde já se observam placas de vendas de lotes. Essa ameaça preocupa o gestor da Reserva Biológica do Uatumã, Sr. Gilmar Nicolau Klein, pois a Rebio é separada da APA pelo Lago de Balbina. Se o amortecimento da APA falhar e o desmatamento avançar, há risco real para a UC que se destina à preservação

integral da biota. Nas 12 comunidades da AM-240 também está ocorrendo processo acelerado de ocupação.

RDS Rio Negro

139. A RDS do Rio Negro integra o Corredor Central da Amazônia e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro. Está localizada na Região Metropolitana de Manaus, nos municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Ayrão.

140. A unidade, que vem de uma tradição madeireira no passado, sofre grande pressão com as ocupações desordenadas, desmatamento e especulação imobiliária. A inauguração da ponte sob o Rio negro provocou uma corrida imobiliária. De 2014 a 2019 foram realizadas 71 denúncias de ilícitos na unidade e 28 fiscalizações.

Figuras 19 e 20: Desmatamento em unidades de conservação – Km2



Fonte: Batalhão Ambiental, 2017

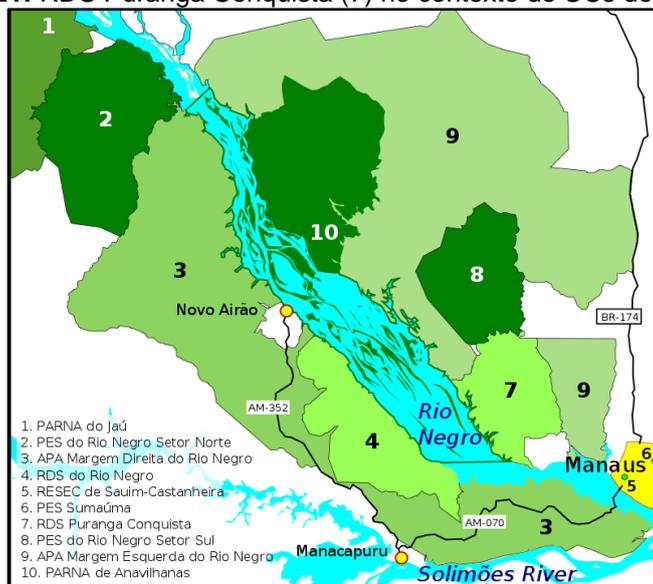
141. Os tipos de infração mais corriqueiros dentro da RDS estão relacionadas ao porte e uso de motosserra sem licença (34,62%), seguido por desmatamento (23,08%) e extração de madeira sem autorização (23,09%).

142. No entorno da RDS do Rio Negro, o tipo mais frequente de infração é o transporte de produtos e/ou subprodutos florestais sem a apresentação do DOF (40,00%) e desmatamento sem autorização (22,22%). Esse dado é importante pois indica a intensa relação de troca da RDS com o entorno.

RDS Puranga Conquista

143. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista (identificada no mapa com o nº 7) foi criada em março de 2014, a partir da recategorização e redelimitação do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul (nº 8) e da APA Margem Esquerda do Rio Negro (N.º 9). A UC é localizada na área rural de Manaus, é roteiro para o ecoturismo, bem como também é alvo para a especulação imobiliária em função da beleza cênica.

Figura 21: RDS Puranga Conquista (7) no contexto de UCs do Rio Negro



Fonte: Sema, 2013

144. Pela imagem de satélite evidenciamos que ao menos 7 ramais, abertos na APA Margem Direita do Rio Negro – Setor Tarumã Açú -Tarumã Mirim, estão avançando sobre a RDS. Segundo relatos dos moradores as invasões também estão ocorrendo pelo Rio Tarumã Açú. Outra área de pressão na UC foi verificada no limite com o Rio Cuieiras onde foram abertas picadas que estão se transformando em ramais, inclusive com a ocorrência de desmatamentos já visíveis em imagens de satélite.

Figura 22: Ramais abertos no Parque MD do Rio Negro em direção a RDS



Fonte: Google Earth 2019

145. Na Comunidade do Baixote, por ocasião da visita técnica em julho/2019, num terreno identificado como propriedade particular, verificamos a ocorrência de desmatamento. A gestora da unidade informou que foi feita vistoria no local há pelo menos dois meses, tendo o infrator se identificado como “policial e proprietário do terreno”, sem apresentar nenhum documento de posse.

Figuras 23, 24 e 25 – Área invadida e desmatada na RDS Puranga Conquista



Fonte: SEMA, 2019

146. As placas foram retiradas do local, sendo realizados em seguida, os procedimentos cabíveis. Observamos em campo que é urgente a necessidade de fiscalização frequente pois é real a situação de invasões de terras, bem como de insegurança para a gestão da unidade.

147. Também identificamos nessa UC denúncias dos moradores quanto ao surgimento de violência dentro das comunidades, praticadas por parentes de moradores que buscam refúgio na UC quando cometem delitos em Manaus.

148. As análises nas UCs da amostra indicam que a ocorrência do desmatamento e da ação dos grileiros, é maior nas UCs da Região Metropolitana de Manaus (RMM) e no Sul do Amazonas, duas áreas prioritárias para a implementação das ações do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Amazonas (PPCD-AM).

149. Nas duas áreas o desmatamento tem intensa relação com a especulação imobiliária e produção agropecuária, e em menor escala de intensidade, o corte e queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar

Fiscalização em UCS

150. Algumas das causas, para o aumento do desmatamento nas UCs, conforme entrevista dos gestores está: i) na deficiência do exercício de controle e fiscalização, um dos instrumentos para a implementação da política ambiental; e ii) nos conflitos pela ausência de regularização fundiária. No caso das APAS, consideram que o poder público não prioriza a redelimitação da área de expansão urbana, o que faz com que esta ocorra sem nenhum planejamento e ordenamento do solo.

151. Cabe ao Ipaam fiscalizar as atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, bem como fiscalizar as áreas críticas onde o desmatamento e queimadas são recorrentes.

152. A execução e o planejamento das atividades de fiscalização são realizados mediante denúncias recebidas da sociedade em geral, demandas de órgãos externos e demandas internas, o que envolve a identificação de áreas ou regiões críticas de ocorrência de ilícitos ambientais, bem como de ameaças e pressões sobre os recursos naturais das UCs (IPAAM, 2016)

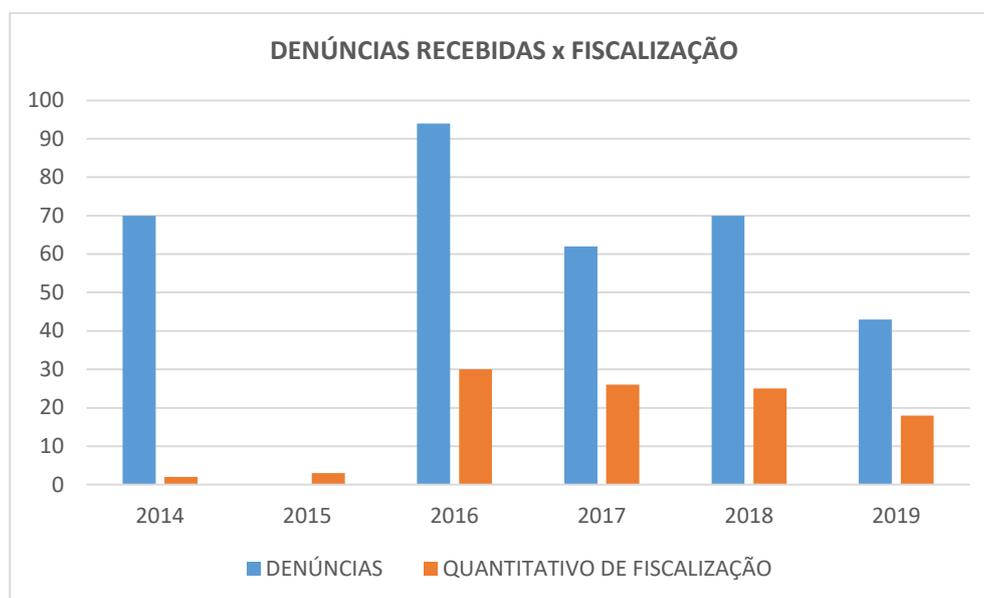
153. Na Auditoria de 2013 evidenciamos que os recursos para as atividades de fiscalização nas UCs vinham do próprio órgão, do governo estadual e outras fontes, como o Programa Arpa.

154. Em relação a fiscalização nas UCs, em ofício 091/2020 à Comissão de Auditoria, acerca da suficiência de recursos para as atividades, a gestão do IPAAM informou que *“dispõe de recursos financeiros próprios para a realização das fiscalizações de uma forma geral, **não somente nas UCs estaduais** (grifo*

nosso), bem como possui os equipamentos necessários para a realização das ações de fiscalização e monitoramento ambiental”

155. Foi anexado ao ofício-resposta, conforme solicitação da Comissão de auditoria, o quantitativo de fiscalizações realizadas pelo órgão em unidades de conservação no período de 2014 a 2019. A partir das planilhas verificamos que a instituição em média só conseguiu atender 30% das denúncias recebidas quanto à ocorrência de ilícitos ambientais nas UCs.

Gráfico 12: Comparativo Denúncias X Fiscalização em unidades de conservação



Fonte: Dicamb a partir de dados do Ofício 091/20 Ipaam

156. Observa-se nos dados coletados junto ao IPAAM, a existência de um vácuo de informações relativas ao ano de 2015, coincidentemente, é o ano em que houve a reforma administrativa, com redução de recursos financeiros, materiais e humanos. Comprovou-se ainda um desempenho crítico em 2014 quando o déficit de não atendimento das denúncias alcançou 97,14%.

Tabela 5: Denúncia X Fiscalização em unidades de conservação

| ANO | DENÚNCIAS | QUANTITATIVO DE FISCALIZAÇÃO | % DE ATENDIMENTO |
|------|-----------|------------------------------|------------------|
| 2014 | 70 | 2 | 2,86 |
| 2015 | - | 3 | - |
| 2016 | 94 | 30 | 31,92 |
| 2017 | 62 | 26 | 41,94 |
| 2018 | 70 | 25 | 35,72 |
| 2019 | 43 | 18 | 41,87 |

| | | | |
|--------------|-----|-----|-------|
| Total | 339 | 104 | 30,68 |
|--------------|-----|-----|-------|

Fonte: Dicamb a partir de dados do Ofício Ipaam

157. Apesar da gestão do IPAAM informar que há recursos para realizar as atividades, os gestores informam que existe dificuldade na programação das ações de fiscalização. Evidenciamos ainda, que um dos gargalos da instituição, está no baixo do número de fiscais, cerca de 22 antes da pandemia. Esse insuficiente para atender toda a demanda da instituição, o que pode ser comprovado em consulta por ano no link <http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Porcentagem-de-Fiscaliza%C3%A7%C3%B5es-Realizada-versus-Solicitadas>.

158. Como oportunidades de melhorias a gestão indicou a celebração do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) N° 005-2019 com a Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, em 2019, no valor de R\$ 2.632.836,14 para a criação do parque Tecnológico do IPAAM para o melhoramento da infraestrutura tecnológica.

159. Para a SEMA (Ofício 675/2019) apesar dos dados, a contribuição do desmatamento em unidades de conservação representa 1% do desmatamento no estado do Amazonas, e que a maior concentração vem dos assentamentos (37%), glebas federais (25%) entre outras categorias.

Boa Prática

160. É importante ressaltar que a SEMA efetua o monitoramento do desmatamento e das queimadas, por meio da sala de situação com a utilização dos softwares do INPE e imagens de satélite. A cada 15 dias são emitidos boletins de alertas aos municípios e as unidades de conservação, destacando a ocorrência das áreas com maior número de focos de incêndio. O boletim tem objetivo de subsidiar as ações de prevenção e combate. A difusão do boletim foi considerada uma boa prática para a governança.

3 - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA DE 2013

161. Após a realização da Auditoria de 2013 foram encaminhadas 29 recomendações, sendo 4 ao Governo do Estado do Amazonas, 25 à SEMA e 01 ao IPAAM.

162. Utilizando a metodologia de auditoria operacional o cumprimento das recomendações foi classificado em implementado, implementação inicial e não implementado.

Quadro 12: Cumprimento das recomendações

| Recomendações ao Governo do Estado do Amazonas | |
|--|------------------|
| 1) Priorizar a distribuição orçamentária em um ou mais programas de trabalho específicos, visando garantir a alocação adequada de recursos, que somados aos recursos extraorçamentários, possam garantir a operacionalização básica das atividades nas Unidades de Conservação do Estado | Não implementado |
| 2) Elaborar estudos para unificação das bases fundiárias do Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Estado da Política Fundiária (SPF) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU); | Não implementado |
| 3) Viabilizar recursos para os estudos da cadeia dominial das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas; | Não implementado |
| 4) Fortalecer o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) com aumento da sua dotação orçamentária a fim de que ele possa exercer a sua função no controle das áreas protegidas. | Não implementado |
| Recomendações a Secretaria de Estado do Meio Ambiente | |
| 1) Adotar sistema de controle das despesas por Unidade de Conservação, com a finalidade de dar maior transparência dos gastos que se relacionam com as ações de operacionalização das UCs; | Implementado |
| 2) Garantir que os recursos de compensação ambiental sejam aplicados em programas e sub-programas destinados a apoiar as unidades de conservação; | Em implementação |
| 3) Elaborar planos de cargos e salários com carreira específica que sejam compatíveis com as necessidades; | Não implementado |
| 4) Viabilizar concurso público de provas e títulos para o ingresso de novos servidores no órgão com a finalidade de apoiar a consolidação das UCs; | Não implementado |
| 5) Estabelecer Plano de Metas de capacitação, desenvolvimento e treinamento de servidores por área; | Em implementação |
| 6) Reestruturar e as unidades de conservação dotando-os de equipamentos e materiais em quantidade e qualidade necessárias para o desenvolvimento de suas atividades; | Em implementação |
| 7) Implementar programa para fortalecimento institucional do CEUC/SDS junto às comunidades residentes e entorno; | Não Implementado |
| 8) Que os processos de redelimitação e recategorização de UCs sejam discutidos e consensuados com as representações da sociedade civil e comunidades locais, assim como pelos seus conselhos gestores; | Em implementação |

| | |
|---|-----------------------|
| 9) Implementar dotação orçamentária específica para atender à implementação do PROBUC em atenção ao dispositivo legal. | Implementado |
| 10) Realizar estudos de demanda das áreas a serem tituladas e indenizadas nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas; | Implementação inicial |
| 11) Elaborar de plano para a regularização fundiária das unidades de conservação do Estado do Amazonas com prazos e metas; | Não implementado |
| 12) Buscar parcerias para reestruturar e operacionalizar administrativamente as bases fluviais e terrestres que estão fechadas a fim de otimizar as ações de proteção nas UCs estaduais; | Implementação inicial |
| 13) Fortalecer e ampliar o Programa Agente Ambiental Voluntário como forma de apoio às ações de proteção e controle, incentivando as populações residentes/entorno a participar da gestão da UC; | Implementado |
| 14) Estabelecer um Cronograma de Trabalho com o IPAAM de modo a levar as ações de controle e fiscalização a todas as UCs e não apenas as contempladas com recursos externos; | Implementado |
| 15) Continuar o processo de implementação dos Conselhos Gestores e consolidar os conselhos já existentes, garantindo recursos para o cumprimento do calendário anual de reuniões; | Implementado |
| 16) Elaborar planos de gestão para as Unidades de Conservação que não possuem; | Em implementação |
| 17) Fortalecer e ampliar o Programa de Fortalecimento Comunitário (Profoco) com dotação orçamentária | Em implementação |
| 18) Continuar os processos de redelimitação e recategorização de UCs já iniciados; | Em implementação |
| 19) Ampliar o Programa de Monitoramento da Biodiversidade em unidades de conservação (PROBUC) para todas as UCs do Estado do Amazonas; | Implementado |
| 20) Desenvolver projetos na área de planejamento, estruturação e gestão do uso público em UCs; | Em implementação |
| 21) Promover editais de concessão, conforme o previsto na Lei 30.873/2010; | Não implementado |
| 22) Elaborar levantamento dos empreendimentos turísticos, empresariais e/ou comunitários instalados em UCs, com estudos a fim de regular as atividades de acordo com o que prevê o dispositivo legal; | Em implementação |
| 23) Elaborar diagnóstico quanto às necessidades de cada Unidade de Conservação; | Implementado |
| 24) Elaborar planejamento macro de ações em parceria com as prefeituras municipais e órgãos federais a fim de fomentar o alcance de políticas públicas sociais para as UCs com metas. | Não implementado |
| Recomendação ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas | |
| 1) Apresentar plano de descentralização de atividades para as demais regiões do Estado do Amazonas. | Em implementação |

163. O resultado final indicou o cumprimento de 24% das recomendações, 41% em implementação e 34% não implementadas.

Quadro 13: Percentual de Implementação das recomendações

| Descrição | Implementado | % |
|------------------|--------------|-------|
| Implementado | 7 | 24,13 |
| Não implementado | 10 | 34,50 |
| Em implementação | 12 | 41,37 |

4 - INDIMAPA

164. A Avaliação da Implementação e da Gestão de Áreas Protegidas (Indimapa) 2019, foi calculada a partir das respostas aos questionários. A pontuação do Indimapa varia de 0 a 3, sendo 3 o grau de consolidação mais alto do aspecto avaliado, enquanto que 0 corresponde à ausência de implementação do aspecto avaliado.

165. O resultado geral alcançado pelo Amazonas, em 2013 mostrou que 70% das 40 UCs estavam em processo médio de implementação. Nenhuma unidade obteve nota superior a 2. As demais unidades, cerca de 30%, foram classificadas com baixa implementação.

Tabela 6: Pontuação das UCs estaduais no Indimapa 2013

| Nº de unidades | Pontuação | Percentual |
|----------------|-----------|------------|
| 8 UCs | 1,5 a 2 | 20% |
| 20 UCs | 1 a 1,5 | 50% |
| 8 UCs | 0,5 a 1 | 20% |
| 4 UCs | 0 a 0,5 | 10% |

Fonte: Dicamb, 2013

166. No Indimapa aplicado em 2019, os dados demonstram uma evolução. Das 42 unidades avaliadas, 57,20% obtiveram notas superiores a 2, indicando que as mesmas tendem para a consolidação (tabela 7); 30,9% tem índice de implementação médio, e 11,9% estão com baixo índice.

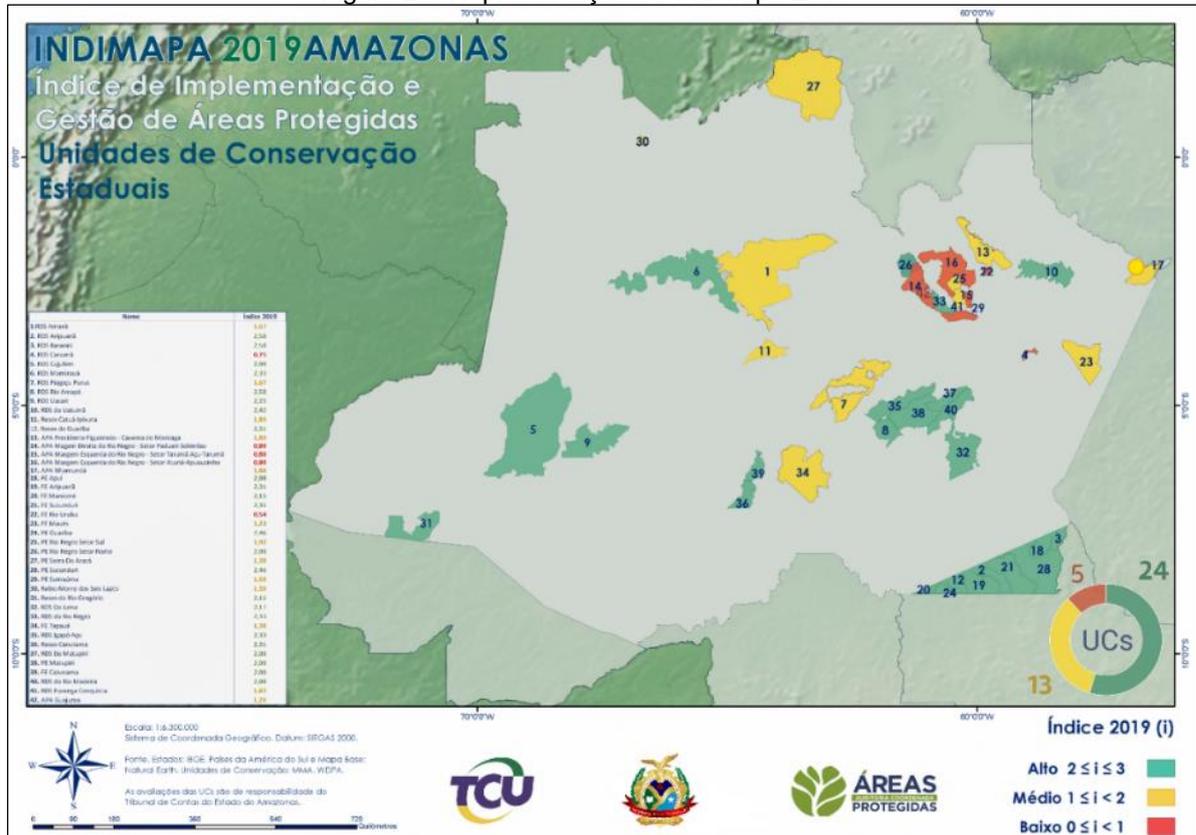
Tabela 7: Pontuação no Indimapa 2019

| Nº de unidades | Pontuação | Percentual |
|----------------|-----------|------------|
| 3 UCs | 2,5 a 3 | 7,2% |
| 21 UCs | 2 a 2,5 | 50% |
| 8 UCs | 1,5 a 2 | 19% |
| 5 UCs | 1 a 1,5 | 11,9% |
| 5 UCs | 0,5 a 1 | 11,9% |

| | | |
|----|---|------|
| 42 | - | 100% |
|----|---|------|

Fonte: Dicamb, 2020

Figura 26: Representação do Indimapa 2019



Fonte: TCU, 2020.

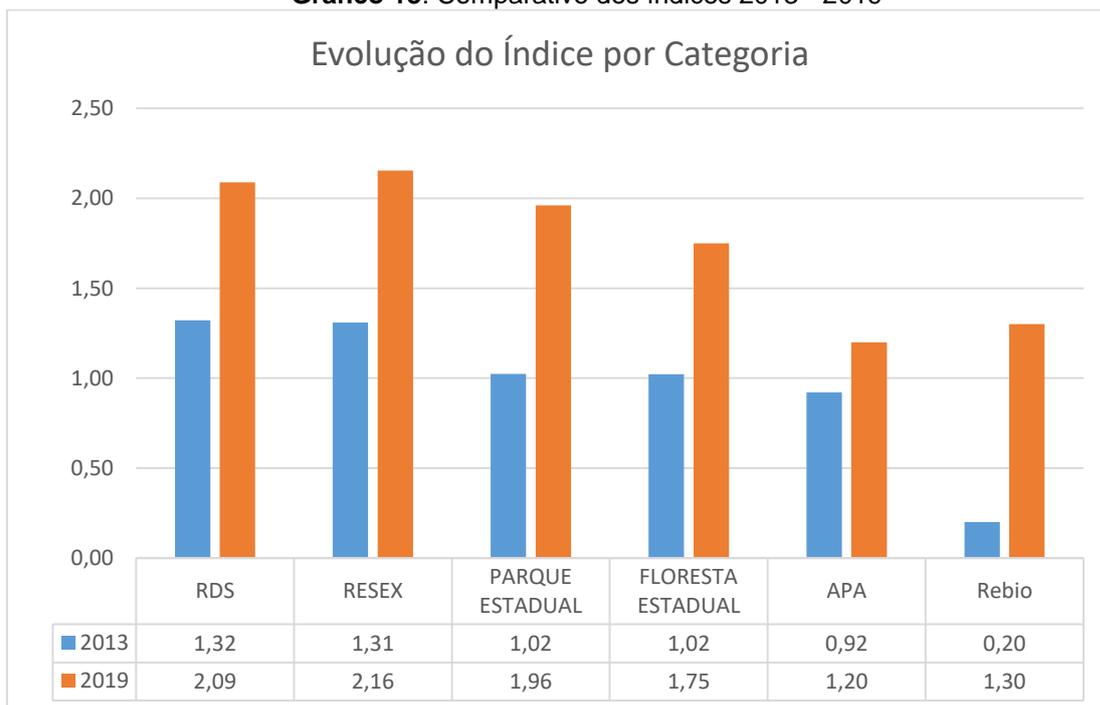
167. Pela pontuação obtida resta claro que houve avanço na gestão das UCs em todas as categorias, quando comparado ao resultado de 2013. E esse resultado guarda referência com a avaliação do índice de consolidação do FAUC, para as unidades do Amazonas que participam do Programa Arpa. Essa similaridade é relevante pois demonstra que a avaliação dos indicadores tem confiabilidade.

168. Em termos de pontuação, o índice de 2019, quando comparado ao índice de 2013, mostra o aumento na média geral de 61,7% (tabela 8). No tratamento qualitativo dos dados o melhor desempenho foi das Resex e RDSs. As Apas obtiveram o menor desempenho entre as UCs.

Tabela 8: Comparativo da pontuação por categoria 2013 - 2019

| Média por categoria | 2013 | 2019 |
|---------------------|------|------|
| RDS | 1,32 | 2,09 |
| RESEX | 1,31 | 2,16 |
| PARQUE ESTADUAL | 1,02 | 1,96 |
| FLORESTA ESTADUAL | 1,02 | 1,75 |
| APA | 0,92 | 1,20 |
| REBIO | 0,20 | 1,30 |
| MÉDIA TOTAL | 1,13 | 1,83 |

Gráfico 13: Comparativo dos índices 2013 - 2019



Fonte: Dicamb, 2021

169. Apesar da evolução no nível de implementação é evidente que as UCs com melhor avaliação são as que recebem recursos do Programa Arpa. No grupo que alcançou a menor nota, classificado com baixa implementação, estão inclusos as 3 APAS do entorno de Manaus, a Floresta Estadual Rio Urubu e a RDS Canumã, a única da categoria não inserida no Programa Arpa.

170. Todas as UCs que não recebem recursos não dispõem de condições compatíveis com suas necessidades e não possuem uma gestão que permita a articulação eficiente para o alcance dos resultados. Esse quadro leva a dificuldades na realização de atividades necessárias para produzir os resultados esperados, em especial, a promoção do desenvolvimento socioambiental, provocando o baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental da unidade.

171. A ausência de recursos aparece como fator determinante para melhoria do desempenho e para a estrutura de governança. Esse vácuo reforça a necessidade de ações corretivas e realização de investimentos para a consolidação da política de unidades de conservação no Amazonas.

172. Outro ponto diz respeito à alta dependência dos recursos extraorçamentários nas ações prioritárias como a contratação de recursos humanos. O estado, ao que parece, nesse período, não implementou estratégias e alternativas para a alforria desses recursos. Uma aposta alta, considerando as circunstâncias da política ambiental do país e que estes recursos podem sofrer solução de continuidade, contingenciamento ou mesmo corte de verbas dos doadores. Qualquer uma dessas hipóteses coloca em risco a manutenção dos programas.

173. Em relação às perspectivas do aproveitamento do potencial das UCs, neste período de 6 anos não verificamos a ocorrência de mudanças quanto à abertura dos parques para visitação, recreação e educação. Tal qual em 2013, somente o Parque Urbano Sumaúma recebe visitação.

174. No tocante às florestas públicas, também não foi realizada nenhuma concessão florestal para exploração legal de madeira. O único avanço foi a edição da Lei nº 4.415/2016 que regulamenta o processo de concessão. Ponderamos que no atual contexto, as florestas apresentam gestão deficiente quanto a estrutura para o exercício do controle e monitoramento de um passo tão importante.

175. O Governo do Amazonas chegou a anunciar o Plano de Outorga Florestal, cuja a primeira área a ser explorada seria a Floresta Estadual de Maués. Destacamos que a unidade não possui infraestrutura administrativa compatível com a necessidade. A visita técnica evidenciou total ausência de recursos, inclusive para o simples deslocamento da gestora da sede do município de Maués para as comunidades da Floresta Estadual.

176. Dentre as florestas, a unidade de Maués recebeu a menor avaliação, e é evidente que para a mesma ser operacionalizada, necessita de infra-estrutura mínima a fim de assegurar o monitoramento das operações, além da adoção de medidas para garantir o controle da produção de madeira beneficiada nas futuras unidades de manejo florestal sustentável.

177. As adequações e correções na gestão da Floresta de Maués devem ser feitas porque a recente história mostrou experiências desastrosas no incentivo ao manejo florestal comunitário, que resultaram em diversos crimes ambientais relatados na Auditoria Operacional de Licenciamento Ambiental (2011).

178. O caminho a ser percorrido é longo, pois uma UC consolidada há que ter formas de manutenção das atividades. É preciso encontrar maneiras de melhorar a performance das UCs apoiadas, em relação ao planejamento para gestão, à gestão participativa, ao estabelecimento de parcerias, à disponibilidade de equipe, e ao aumento dos recursos públicos. Ao melhorar a capacidade de gestão, serão alcançados resultados mais robustos, para que padrões de alta efetividade sejam alcançados.

5. OPINIÃO DO GESTOR

179. Por meio do OFÍCIO Nº 853/2021/GS/SEMA, protocolado nesta corte de Contas em 02 de julho de 2021, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA se posicionou acerca do Relatório, em resposta ao Ofício Nº 17/2021/DICAMB/ SECEX-TCE. O ofício assinado pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, Eduardo Taveira, encaminhou a Nota Técnica SEMA Nº 002/2021 – SEAGA acerca do Relatório. De forma geral há concordância com os resultados apresentados, bem como são acrescentadas novas informações complementares que aqui destacamos:

1) Em relação às ações adotadas pelo governo para o estabelecimento de um Sistema efetivo

- **Consolidação Territorial:** De forma complementar aos indicativos do relatório da auditoria, em relação à regularização fundiária, salienta-se que se encontra em trâmite nesta SEMA o Processo Nº 031.2021, o qual versa sobre a formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre esta SEMA e a Secretaria de Cidades e Territórios – SECT, com objetivo de efetivar esforços visando à regularização fundiária das UCs estaduais. Ressalta-se ainda que esta iniciativa tem como premissa avançar nos processos técnicos, administrativos e jurídicos pertinentes à expedição de Concessões de Direito Real de Uso – CDRU.

- **Recursos Humanos:** Neste sentido, hoje, além dos Gerentes, a equipe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC desta

SEMA é composta pelo Chefe de Departamento e Assessores Técnicos AD2 e AD3, com vistas a dar continuidade à capacidade de gestão e implementação das UCs. Ressalta-se que para otimizar os esforços inerentes às atividades de gestão das UCs, esta SEMA, atualmente, está estruturando internamente o formato de gerenciamento por meio de coordenações regionais, seguindo o exemplo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com o fito de otimizar os esforços necessários para garantir a efetividade de gestão das UCs, utilizando todos os insumos e pessoal disponíveis. O modelo desta Secretaria está pautado no gerenciamento das UCs localizadas nas regiões: Rio Negro Margem Direita; Rio Negro Margem Esquerda; Médio Rio Solimões; Rio Amazonas; Rio Madeira; Médio Rio Purus; Baixo Rio Purus e Sul do Estado.

Esclarece-se que as UCs localizadas no rio Jutá e Juruá não foram incluídas no formato de coordenação regional e manterão o formato anteriormente adotado por esta SEMA; e que os projetos elaborados por esta SEMA em apoio às UCs deverão prever o fortalecimento e aporte estruturais de pessoal e equipamentos, com o objetivo de implementar os blocos de UCs sob a responsabilidade de um Coordenador Regional. O quadro ilustra o formato da composição de cada Coordenação Regional para a gestão das UCs em processo de implantação pelo DEMUC/SEMA.

Composição das Coordenações regionais para a gestão das UC estaduais do Amazonas

| | | |
|---|---|--|
| 1 | Coordenação Regional Rio Solimões Gestor Raimundo Romaine | RDS Mamirauá, RDS Amanã, Resex Catuá Ipixuna |
| 2 | Coordenação Regional Rio Negro – Margem Direita Gestor Miquéias Santos | Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari/ Solimões e RDS Rio Negro |
| 3 | Coordenação Regional Rio Negro ME Gestor Jaime Gomes | APA Caverna do Maroaga, Floresta do Rio Rrubu, APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuazinho, APA da Margem Esquerda do Rio negro Setor Taumã Açú/Tarumã Mirim, Parque Estadual Rio Negro Setor Sul e RDS Puranga Conquista |
| 4 | Coordenação Regional Rio Amazonas Gestor Cristiano Gonçalves | RDS Uatumã, Floresta de Maués, APA Guajuma e APA Nhamundá |
| 5 | Coordenação Regional Baixo Purus Gestor Adevane Araújo | RDS Piagaçu Purus |
| 6 | Coordenação Médio Purus Gestor Altemar | RESEX Canutama, Floresta de Canutama e Floresta de Tapauá |
| 7 | Coordenação Regional Rio Madeira Gestora Amanda Gomes | RDS Igapó-Açu, RDS Rio Amapá, Parque Estadual do Matupiri, RDS do Matupiri, RDS do Rio Madeira, RDS do Juma e RDS Canumã |
| 8 | Coordenação Regional Sul do Estado Gestora Aldeiza Lago | RDS Bararati, Floresta do Apuí, Parque Estadual do Sucunduri, Floresta do Sucunduri, RDS Aripuanã, Floresta do Aripuanã, Resx do Guariba, Parque Estadual do Guariba e Floresta de Manicoré |
| 9 | | |

Fonte: (Demuc/Sema, 2021)

Informa-se ainda as tratativas realizadas no intuito de fortalecer o quadro funcional desta Secretaria, por meio da elaboração de seu Plano de Cargos e Salários pelo Processo Administrativo Nº 01.01.030101.00000536.2018, que objetiva a revisão e estudos do impacto financeiro e viabilidade orçamentária, conforme instruções da Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD.

2) Restrições orçamentárias e eficiência na gestão

Em relação a esse aspecto, destaca-se a criação da Ação Orçamentária 2144 - Implementação e Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, com vistas à execução de atividades voltadas à gestão das Unidades de Conservação, específica para execução de atividades nestas. Além da previsão da fonte de recursos próprios do governo e do apoio do Programa ARPA, esta Secretaria está atualmente discutindo e construindo em conjunto com o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas – CEMAAM, a proposta de regulamentação de instrumento legal para a aplicação de recursos oriundos da compensação ambiental (Processo Nº 0022.2019), atualmente em análise no DEMUC/SEMA, o qual deverá prever prioritariamente a execução das seguintes ações, conforme disposto no art. 33º, do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002: ações de regularização fundiária e demarcação de terras; elaboração, revisão ou implantação de Plano de Manejo; aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento; desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova UC; desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da UC e área de amortecimento.

3) Sistema de mensuração de desempenho

- **Monitoramento e avaliação da Política Estadual de UC** - Em relação a este item, esclarece-se que as UCs Estaduais têm sua efetividade realizada no âmbito do Programa ARPA, por meio da Ferramenta de Avaliação de Ucs - FAUC, no entanto, esta SEMA deverá implementar a ferramenta própria de forma complementar ao FAUC, visando manter sua base de dados sobre a gestão das UCs atualizada, garantindo assim, a geração de dados que possam orientar a melhoria dos processos de gestão e transparência, bem como a disponibilização das informações sobre as UCs Estaduais.

- **Desmatamento; Focos de incêndio e Fiscalização em UCs** - Em atenção a esses itens, pondera-se o esforço desta SEMA e dos órgãos de controle ambiental responsáveis principalmente no que tange à realização das ações de combate aos ilícitos ambientais. Neste sentido, a melhoria do uso das ferramentas remotas e a Sala de Situação desta SEMA, no monitoramento ambiental das atividades ilegais, são de fundamental importância, com vistas a otimizar os esforços nas ações de combate em campo. Além disso, soma-se também as diligências feitas junto aos órgãos de inteligência, objetivando a antecipação da ocorrência dos crimes ambientais.

Salientamos as tratativas adotadas pela Sema no sentido de manter e estruturar o funcionamento do quantitativo das brigadas formadas (anos 2018/2019), conforme descrição na Figura 2 abaixo, por meio da execução de projetos e parcerias institucionais, e de bem como, ampliar o número das brigadas à outras UCs. Ressalva-se que em 2020, não foi possível a realização de formação de novas turmas em decorrência da Pandemia do Covid.

Quantitativo das Brigadas existentes nas UC estaduais do Amazonas

| N.º | Nome da Unidade | Município | Nome da Brigada | Nº de Brigadistas |
|------------|------------------------|------------------|------------------------|--------------------------|
|------------|------------------------|------------------|------------------------|--------------------------|

| | | | | |
|---|----------------------|---------------------------------|---|------------|
| 1 | APA Guajuma | Nhamundá | Brigada de Combate a incêndio Florestal Nhamundá | 58 |
| 2 | APA Nhamundá | Nhamundá e Parintins | Brigada de Combate a incêndio Florestal Nhamundá | 58 |
| 3 | RDS Rio Amapá | Manicoré | Brigada de Combate a incêndio Florestal da RDS Rio Amapá | 20 |
| 4 | RDS do Uatumã | São S. do Uatumã e Itapiranga | Brigada de Combate a incêndio Florestal RDS Uatumã | 26 |
| 5 | RDS Igapó-Açu | Borba, Beruri e Manicoré | Brigada de Combate a incêndio Florestal da RDS Igapó-Açu | 3 |
| 6 | RDS Piagaçu-Purus | Anori, Beruri, Tapuá e Coari | Brigada de Combate a incêndio Florestal da RDS Piagaçu-Purus | 35 |
| 7 | RDS Rio Madeira | Borba, Novo Aripuanã e Manicoré | Brigada de Combate a incêndio Florestal da RDS Rio Madeira | 17 |
| 8 | RDS do Rio Negro | Irlanduba | Brigada de Combate a incêndio Florestal do Mosaico do Rio negro | 38 |
| 9 | Mosaico Apuí | Apuí | Brigada de Combate a incêndio Florestal de Apuí | 28 |
| 10 | Resex Canutama | Canutama | Brigada de Combate a incêndio Florestal da Resex Canutama | 9 |
| 11 | Floresta de Canutama | Canutama e Tapauá | Brigada de Combate a incêndio Florestal da Floresta Canutama | 6 |
| Total de Brigadistas Capacitados | | | | 298 |

Fonte: (Demuc/Sema, 2020).

No sentido de melhorar o desempenho dos resultados observados na auditoria operacional, o DEMUC/SEMA elaborou Calendário de Ações de Fiscalização Ambiental, apresentado e encaminhado aos órgãos pertinentes, no intuito de estabelecer e realizar periodicamente, durante os períodos e locais de maior criticidade, ações de fiscalização ambiental nas UCs. Com isso, espera-se reduzir os números de ocorrências de ilícitos e crimes ambientais, bem como dos desmatamentos e queimadas não autorizadas.

180. As considerações e complementos pertinentes às recomendações da Auditoria de 2013 foram integradas como anexo 2 deste Relatório.

181. o gestor destaca que os resultados apontados a partir da Análise da Implementação da Gestão de Áreas Protegidas (Indimapa) efetuado pela auditoria, apesar dos desafios existentes, demonstrou o empenho da SEMA em busca da melhoria da efetividade das UC no cumprimento de seu papel previsto na legislação pertinente. Reconhecem, no entanto, que algumas categorias de UCs, como as APAs e a Reserva Biológica (Rebio), necessitam de melhor estruturação para sua gestão; e que as UCS que se destacam nos indicadores são as que recebem recursos.

182. Também destacam os trabalhos realizados pela secretaria no sentido de promover a organização comunitária e a melhoria da geração de renda nas UCs, como exemplo o manejo de pirarucu, manejo de jacarés, de produtos não madeireiros, e as atividades de uso público como o turismo de base comunitária.

Acerca das concessões florestais que ainda estão em processo de realização dos estudos técnicos visando possibilitar a construção dos editais e consultas públicas, sendo que o planejamento das atividades foram iniciados em 2018 e que a execução dessas atividades ainda encontra-se em curso. E que estas ações contam com o apoio do Projeto Paisagens Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ASL/GEF/Banco Mundial, executado pela Conservação Internacional do Brasil (CIBrasil).

183. Reforçam que, caso ocorram deverão ser obedecidos todos os requisitos legais para a implementação da concessão florestal nas UCs estaduais (prioritadamente estão planejadas à ocorrer nas Florestas Estaduais), bem como serão analisados e considerados os resultados e experiências positivas e negativas, observados e em andamento no âmbito federal.

184. Por fim o gestor destaca que a Pandemia de Covid-19 demandou a priorização da realização de ações emergenciais imediatas, com vistas a garantir o atendimento das famílias residentes e do entorno, que devido às medidas de restrições sanitárias afetaram diretamente as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades localizadas nas UCs, e assim os processos de geração de renda dessas famílias (principalmente entre os meses de março a agosto de 2020, e de janeiro a março de 2021). Ainda neste sentido, a secretaria informa que tem buscado viabilizar recursos financeiros junto aos parceiros nacionais e internacionais, para apoiar a aquisição de cestas básicas, kits de higiene pessoal e aparelhos hospitalares para o tratamento dos casos de Covid-19.

6. CONCLUSÃO

185. Reconhecemos que houve avanços, mas é necessário voltar nossa atenção para o monitoramento e a continuação do acompanhamento das atividades de gestão em função de diversas variáveis, como a deficiência de recursos, a possibilidade de concessão florestal, o repiquete do desmatamento e o aumento do número de queimadas no entorno das unidades, e até mesmo dentro de UCs de uso sustentável.

186. Diante do relatado no “Item 5 - Opinião do Gestor” verifica-se que foram delineadas novas ações o que demanda o acompanhamento por parte desta

especializada. Também consideramos que o Governo do Estado necessita de apresentar na prática maior compromisso com a proteção das unidades de conservação promovendo aumento dos recursos próprios, assumindo seu papel de provedor para não ficar na alta dependência de recursos externos como demonstrado no monitoramento.

187. No tocante ao monitoramento, o resultado final indicou o cumprimento de 24% das recomendações, 41% em implementação e 34% não implementadas. É relevante que este trabalho não se esgote, é necessário continuar porque é necessário contribuir para as metas estabelecidas no ODS 15, e especificamente a meta global 15.1.

188. Por isso mesmo, sugerimos à Secretaria Geral do Controle Externo a continuação dos trabalhos por meio da abertura de processo para acompanhamento e estabelecimento de prazo conforme Resolução nº04/2011 TCE-AM, para que os gestores apresentem Plano de Ação a fim de atingir as metas quanto as recomendações propostas e ora avaliadas

Manaus - AM, 04 de Outubro de 2021

Anete Jeane Marques Ferreira
Diretora de Controle Externo Ambiental

Fernando Fernandes Coelho
Auditor de Controle Externo

Janete Lapa Aguilã
Assistente Técnico de Controle Externo

Lany Mayre Iglesias Reis
Assistente Técnico de Controle

Sérgio Augusto Meleiro da Silva
Auditor de Controle Externo

Anexo 1 - Avaliação do programa ARPA quanto a consolidação

| OG | UC | Grau I | Nível de Consolidação (ARPA) | | | | | | | | | | | |
|----|---|--------|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | |
| AM | RDS Amanã | I | N/A | Muito Baixo | Muito Baixo | Muito Baixo | | Baixo | Médio | Baixo | Médio | Médio | Alto | Alto |
| AM | RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | RDS Bararati/Mosaico Apuí | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | RDS Mamirauá | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Baixo | Médio | Médio | Médio | Alto | Cons |
| AM | RDS Piagaçu Purus | I | Médio | Médio | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Médio | Médio | Cons | Cons |
| AM | RDS Rio Amapá | I | Médio | Alto | Médio | Médio | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RDS Uatumã | I | N/A | Médio | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Alto | Alto | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RESEX do Guariba/Mosaico Apuí | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Alto | Alto | Alto | Alto | Cons |
| AM | PE Guariba/Mosaico do Apuí | I | Muito Baixo | Baixo | Alto | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | PE Rio Negro Setor Sul/RDS Puranga | I | N/A | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | PE do Sucundiuri/Mosaico Apuí | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | RESEX Rio Gregório | I | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Alto | Alto | Alto | Alto | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RDS do Juma | I | N/A | Baixo | Baixo | Médio | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | RDS Rio Negro | I | N/A | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RDS Igapó-Açu | I | N/A | Baixo | Muito Baixo | Muito Baixo | Baixo | Baixo | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RESEX Canutama | I | N/A | Muito Baixo | Muito Baixo | Muito Baixo | Baixo | Baixo | Alto | Alto | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RDS Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Médio | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | PE do Matupiri/Gestão integrada com RDS Matupiri | I | N/A | Muito Baixo | Médio | Médio | Cons | Cons | Cons | Cons |
| AM | RDS do Rio Madeira | I | N/A | Médio | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto | Alto |
| AM | RDS Puranga Conquista/Gestão integrada com PE Rio Negro Setor Sul | I | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | Médio | Médio | Médio | Alto | Alto |
| AM | RDS Uacari | II | Médio | Médio | Médio | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Alto | Alto | Alto | Cons | Cons |
| AM | RDS Cujubim | II | Muito Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Médio | Médio |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|----|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| AM | RESEX Catuá-Ipixuna | II | Muito Baixo | Baixo | Médio |
| AM | PE Rio Negro Setor Norte | II | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Baixo | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |

Anexo 2 – Detalhamento enviado pela SEMA quanto as ações frente as recomendações do Relatório de Auditoria de 2013

| RECOMENDAÇÃO | STATUS DETALHADO |
|--|--|
| 1) Adotar sistema de controle das despesas por Unidade de Conservação, com a finalidade de dar maior transparência dos gastos que se relacionam com as ações de operacionalização das UC | Sobre esse aspecto, destaca-se o apoio do Programa Áreas Protegidas na Amazônia – ARPA às 24 UCs estaduais. A execução financeira das ações apoiadas por este Programa, é feita pelo executor financeiro - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, o qual realiza também o controle das despesas e gastos. De forma complementar, destaca-se que a análise dos marcos referenciais para avaliação da efetividade da execução e implementação é acompanhada pela ferramenta de avaliação da efetividade da gestão adequada às suas metas, denominada Ferramenta de Avaliação da Efetividade de Unidades de Conservações – FAUC. Tratativas no sentido de construir e adotar um sistema de transparência de gestos tem sido incluídas em projetos submetidos por esta SEMA às entidades financiadoras. Além do Programa ARPA, o Governo do Estado do Amazonas apoia diretamente as UCs com recurso do tesouro, podendo ser destacadas duas ações inseridas no Plano Plurianual 2019-2022: 2144 – Implementação e Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação; 2665 – Desenvolvimento de Matrizes Econômicas Sustentáveis nas Áreas Protegidas no Amazonas (UCs e TIs) |
| 2) Garantir que os recursos de compensação ambiental sejam aplicados em programas e sub-programas destinados a apoiar as unidades de conservação | Já existe processo administrativo tramitando nesta SEMA (Processo Nº 00227/2019) que visa a construção de um instrumento jurídico (minuta de lei), com o objetivo de regular a gestão dos recursos e projetos de compensação ambiental, em vista da definição da natureza deste tipo de receita por intermédio da lei Nº 13 668/2018, que estabelece regulamentação sobre gestão de recursos de compensação ambiental. |
| 3) Elaborar planos de cargos e salários com carreira específica que sejam compatíveis com as necessidades do CEUC; | O Plano de Cargos e Salários foi elaborado por esta SEMA, estando em trâmite nos autos do processo administrativo nº 01.01.030101.00000536.2018, o qual se encontra no Departamento de Administração e Finanças – DEFIN/SEMA, para revisão e estudos do impacto financeiro e viabilidade orçamentária, conforme instrução da Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD |
| 4) Viabilizar concurso público de provas e títulos para o ingresso de novos servidores no órgão com a finalidade de apoiar a consolidação; | Tratativas relacionadas em análise |
| 5) Estabelecer Plano de Metas de capacitação, desenvolvimento e treinamento de servidores por área; | Ao longo do período da auditoria, esta SEMA, por meio de cursos oferecidos pelo Governo do Estado, proporcionou temáticas de capacitação. Informamos que nos anos de 2020 e 2021 as instituições internacionais que financiam Projetos Ambientais no Estado do Amazonas, por exemplo, a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas – GCF, a Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ, entre outras, viabilizaram uma série de treinamentos relacionados à temática de mudanças climáticas, salvaguardas socioambientais, ferramentas de contabilidades de emissões de gases do efeito estufa, aos servidores desta SEMA e de outras instituições públicas, como a SEDCTI, SEPROR e IDAM. Além disso, esta Secretaria participa dos cursos oferecidos periodicamente pela Escola de Gestão e Aperfeiçoamento de Servidor Público – ESASP. Cumpre-se ressaltar ainda, que está em fase estruturação na SEMA uma proposta de Plano Anual de Treinamento – PAT, no âmbito da Assessoria de Gestão de Pessoal – ASSGEP/SEMA |
| 6) Reestruturar as Unidades de conservação dotando-os de equipamentos e materiais em quantidade e qualidade; | A aquisição e manutenção de equipamentos das UCs foram apoiadas principalmente pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, através da aquisição de bens e equipamentos. Além disso, projetos como o Programa PROFLORAM/KfW também fizeram a previsão de equipamentos a serem utilizados na |

| | |
|--|---|
| | implementação do Programa Agentes Ambientais Voluntários (AVV) das UCs, principalmente no período de análise da auditoria operacional. Somente entre os anos de 2016 a 2019, foram investidos aproximadamente R\$ 3.300.000,00 para a melhoria das estruturas das Unidades, parte em processo de contratação e parte já doados. |
| 7) Implementar programa para fortalecimento institucional do CEUC/SDS junto às comunidades residentes e entorno; | Além das ações de fortalecimento comunitário previstas nas reuniões de Conselhos Gestores, os Programas de Gestão PROBUC e Programa AAV também promovem ações de sensibilização que ajudam a fortalecer as lideranças comunitárias, oferecendo oportunidade de atuarem como protagonistas da gestão das UCs, já que os programas têm natureza participativa |
| 8) Que os processos de redelimitação e recategorização de UCs sejam discutidos e consensuados com as representações da sociedade civil e comunidades locais, assim como pelos seus conselhos gestores; | Faz parte dos procedimentos desta Secretaria, nos casos de redelimitação e recategorização de UC, a realização de reuniões com os moradores da área e representações do Poder Público e sociedade civil, visando apresentar e discutir as demandas. |
| 9) Implementar dotação orçamentária específica para atender à implementação do PROBUC em atenção ao dispositivo legal; | Foi prevista a Ação Orçamentária 2144 - Implementação e Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação voltada a apoiar a Gestão das Unidades de Conservação no Plano Plurianual da Secretaria. |
| 10) Realizar Estudo de demandas das áreas a serem tituladas e indenizadas nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas; | A identificação das áreas tituladas foram desempenhadas durante os estudos fundiários realizados para o Plano de Gestão das Unidades, entretanto, a indenização da área ainda é um desafio a ser superado, uma vez que o valor da indenização estimada é muito alto e o Estado não dispõe de recursos para esse fim. |
| 11) Elaborar plano para regularização fundiária das Unidades de Conservação com planos e metas. | Encontra-se em processo de elaboração o Plano de Trabalho e Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com o órgão fundiário do Estado do Amazonas, com o objetivo de estabelecer apoio mútuo para a regularização fundiária das Unidades de Conservação Estadual do Amazonas, de acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, com vistas a elaboração/atualização das Concessão de Direito Real de Uso – CDRU coletivas |
| 12) Buscar parcerias para reestruturar e operacionalizar administrativamente as bases fluviais e terrestres que estão fechadas a fim de otimizar as ações de proteção nas UCs Estaduais | Atualmente há uma articulação junto a uma instituição internacional para viabilizar a possibilidade de recursos financeiros, com o objetivo de construir e reestruturar bases de apoio no interior das UCs, no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis. Neste sentido, a equipe técnica do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA está construindo um Plano de Ação. |
| 13) Fortalecer e ampliar o Programa Agente Ambiental Voluntário – AAV como forma de apoio às ações de proteção e controle, incentivando as populações residentes/entorno a participar da gestão da UC; | Hoje o Programa Agente Ambiental Voluntário – AAV está implementado em 36 (trinta e seis) Unidades de Conservação e em 9 (nove) áreas de acordos de pesca. Dos anos de 2013 a 2019, foram realizadas aproximadamente 1500 capacitações e 1100 credenciamentos em Unidades de Conservação Estaduais. |
| 14) Estabelecer um cronograma de trabalho com o IPAAM, de modo a levar as ações de controle e fiscalização a todas as Ucs e não apenas as contempladas com recursos externos; | As ações de fiscalização são planejadas em conjunto com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e o Batalhão Ambiental. Além disso, os relatórios de pressão e ameaças fornecidos pelo Programa Agente Ambiental Voluntário – AAV subsidiam essas ações |
| 15) Continuar o processo de implementação dos conselhos gestores e consolidar os conselhos já existentes, garantindo recursos para o cumprimento do calendário anual de reuniões; | Hoje a SEMA já possui 36 (trinta e seis) Conselhos publicados. |
| 16) Elaborar planos de gestão para as Unidades de Conservação que não possuem; | Das 42 (quarenta e duas) Unidades de Conservação do Estadual, hoje há 32 (trinta e duas) com Plano de Gestão elaborados, publicados e disponibilizados para consulta no site desta SEMA. Atualmente encontra-se em fase de elaboração o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista, com apoio do Programa ARPA. |
| 17) Fortalecer e ampliar o Programa de Fortalecimento Comunitário (Profoco) com dotação orçamentaria; | O Profoco não foi implementado, porém esta SEMA em suas agendas de reuniões do conselhos promove ações de capacitação para as lideranças das UCs. |
| 18) Continuar os processos de redelimitação e recategorização de Ucs já iniciados; | Esta Secretaria tem dado continuidade aos processos em andamento, a exemplo da proposta de redelimitação e recategorização das Unidades de Conservação – Ucs, Parque Estadual – Parque Rio Negro Setor Norte e a Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Negro – Setor Paduari/Solimões, bem como a criação da UC Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jesus do Paduari, as ações de campo foram concluídas e analisadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE. Neste sentido, estão sob análise e manifestação da Assembleia Legislativa, proposta de lei para recategorizar, redelimitar e criar tais unidades. |

| | |
|---|---|
| 19) Ampliar o Programa de Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação (PROBUC) para todas as UCs do Estado do Amazonas; | A SEMA implementou o Programa de Monitoramento da Biodiversidade em 15 (quinze) Unidades de Conservação, principalmente para componente quelônios. Com isso, há o monitoramento de plantas lenhosas, mamíferos, aves cinegéticas e borboletas frugívoras |
| 20) Desenvolver projetos na área de planejamento, estruturação e gestão de Uso público em Ucs; | Está sendo negociado pelo governo do Estado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES apoio técnico para estruturação de projeto de concessão de Parques Estaduais do Amazonas. Informamos ainda que nos planos de gestão das Unidades de Conservação já existe um programa que estabelece critérios e regras para estruturação turística. |
| 21) Promover Editais de concessão Florestais, conforme previstos na Lei 30.873/2010; | Esta SEMA está em busca de recursos financeiros para viabilizar os Estudos Socioeconômicos e Ambientais, visando subsidiar a elaboração desses editais de concessão florestal, conforme previstos nas Leis N. o 4.415/2016 e Lei Estadual Nº 5.225/20. Atualmente, os estudos de infraestrutura, logística e precificação da madeira estão em andamento na Floresta Estadual de Maués. |
| 22) Elaborar levantamento dos empreendimentos turísticos, empresariais e/ou comunitários instalados em Ucs, com estudos a fim de regular as atividades de acordo com o que prevê o dispositivo legal; | A SEMA atualiza periodicamente planilha de levantamento dos empreendimentos turísticos das UCs e apoio aos moradores, donos das pousadas comunitárias, no processo de regularização ambiental. |
| 23) Elaborar diagnóstico quanto à necessidade de cada Unidade de Conservação; | Os planos de gestão das UCs possuem os programas de gestão, onde há planejamento para cada tema, como: educação, saúde, infraestrutura, conservação dos recursos naturais, entre outros. |
| 24) Elaborar planejamento macro de ações de parceria com as prefeituras municipais e órgãos federais a fim de fomentar o alcance de políticas públicas sociais para as Ucs com metas. | Destaca-se novamente o papel dos planos de gestão das Ucs que possuem os programas de gestão, onde há planejamento para cada tema, como: educação, saúde, infraestrutura, conservação dos recursos naturais, e que os mesmos são elaborados com a participação de representantes do Poder Público municipal e federal. A avaliação do planejamento e execução das ações neste âmbito têm sido discutida em reuniões dos conselhos gestores que contam com a participação do Poder Público local e de órgãos federais. Salienta-se que no momento, a realização das reuniões presencias de conselhos gestores ainda estão suspensas em razão da Pandemia de Covid-19 |

Anexo 3 – Índice de implementação das Áreas Protegidas - 2019

